

Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economia vê risco de energia mais cara 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Base de Bolsonaro, caminhoneiros ganham mais crédito 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gastos com fundo de promoção geram créditos de PIS e Cofins 6

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO 7

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Banco apura fraude de 10 anos atrás 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo anuncia medidas de apoio a setor 11

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - PARÁ
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal lança aplicativo para agendamento de serviços presenciais 12

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atenção as deduções 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Vidas e capital humano perdidos (3) 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida on-line é golpe 16

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Guerra interna no Centrão 17

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio-doença fica mais fácil a partir de hoje 19

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como consultar o valor do 13º dos aposentados do INSS 20

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

13 salário do INSS começa a ser pago no dia 25 deste mês 21

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Cobrança de diferencial do ICMS é constitucional 22

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Respostas mais rápidas 24

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Os valores de previdência privada são considerados incomunicáveis? (3) 25

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Valor do salário mínimo pode subir mais em 2022 26

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Flávio Nogueira integra Grupo de Trabalho de Combate à Pandemia na Câmara Federal
..... 27

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda: quem tem direito a incluir salários antigos na aposentadoria
..... 28

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Interferências do STF e a democracia brasileira (2) 29

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Brasil é o 7o entre os países que mais gastam com servidores públicos 30

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

O caminho da Reforma (3) 31

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Prova de vida digital está disponível 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Disputa eleitoral antecipada gera clima de fim de governo e atravanca reformas 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Doria anuncia isenção de ICMS para áreas da saúde 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

DR com a agropecuária - ZEINA LATIF 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para governo, economia cresce 3,5% 40

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

A dívida pública e a governança (2) 41

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Vacinar para crescer (2) 43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economia calcula efeito da vacinação sobre avanço do PIB.....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Sem commodities, IPCA ficaria na meta, diz Itaú.....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
O desempenho sombrio da economia nos últimos 40 anos (2).....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
As nuvens e o cenário eleitoral - ARMANDO CASTELAR PINHEIRO.....	51
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Gestor espera alta do real e Ibovespa em 130 mil pontos.....	53
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA COMUNICADO	
IBGE precisa de dinheiro este ano para realizar Censo de 2022.....	54
JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL COMUNICADO	
Ernesto Araújo nega que sua atuação prejudicou compra de vacinas.....	55

Economia vê risco de energia mais cara

Lorena Rodrigues Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Com os reservatórios de usinas hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste em baixa, o aumento do custo de energia e o possível impacto na **inflação** entraram no radar da equipe econômica. Ontem, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que o risco hidrológico pode afetar tanto os preços como a recuperação da economia em 2021. "Hoje estamos na bandeira vermelha 1 (nas contas de luz). Se ele insistir e piorar, podemos ir para a bandeira vermelha 2. Então há um risco na **inflação**", afirmou.

Sachsida lembrou que o País corre esse risco hidrológico apesar de dez anos de crescimento baixo da economia. "Isso mostra que temos um problema não apenas conjuntural, de chuvas, mas que temos um problema estrutural também.

Isso reforça a importância do processo de concessões e privatizações, e de marcos legais mais eficientes", completou.

O governo divulgou novas projeções para a economia e a **inflação** neste e nos próximos anos. Em relação à **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta de preços neste ano passou de 4,42% para 5,05%. Para 2022, a projeção permaneceu em 3,50%.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 5,15% em 2021 e de 3,64% em 2022.

O Ministério da Economia revisou também para cima sua previsão para a atividade econômica e espera agora uma alta de 3,50% no Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, de 3,20% estimado no Boletim Macrofiscal de março.

Para 2022, a estimativa de alta no **PIB** permaneceu em 2,50%. O ministério manteve ainda as projeções de crescimento da economia de 2023, 2024 e 2025 - todas também em 2,50%. "Essa é uma projeção conservadora. Vários analistas de mercado estão projetando crescimento acima de 4,0% para o **PIB** deste ano. A nossa estimativa é conservadora, mas reflete o bom momento que estamos vivendo no lado econômico", afirmou Sachsida.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal, afirmou que a nova projeção da pasta para a evolução do **PIB** reflete os novos dados da atividade econômica. "Dados importantes foram divulgados pela **Receita Federal**, com reflexo no resultado do Governo Central.

No mês passado mostramos um superávit primário no primeiro trimestre, reflexo de uma retomada da economia, com mais receita. Os primeiros quatro meses de arrecadação dos Estados mostram um crescimento de mais de 15%, alguns Estados com alta de mais de 30% (no recolhimento) de ICMS", destacou.

Meta. Todas as projeções para a **inflação** em 2021 estão bem acima do centro da meta deste ano, de 3,75%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (índice de 2,25% a 5,25%). No caso de 2022, a meta é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (2,00% a 5,00%).

O Ministério da Economia também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 4,27% para 5,05%.

Já a estimativa da Economia para a alta do IGP-DI em 2021 deu um salto de 5,06% para 15,21%. Para o próximo ano, a projeção passou de 3,57% para 4,26%.

O subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia, Fausto Vieira, explicou que, no caso específico do IGP-DI, pesou o preço das commodities.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Base de Bolsonaro, caminhoneiros ganham mais crédito

Edna Simão e Matheus Schuch

Fragilizado politicamente e pressionado pela alta do diesel, o presidente Jair Bolsonaro lançou ontem um pacote de medidas para atender os caminhoneiros, uma das principais categorias de sua base eleitoral. Batizado como "Gigantes do Asfalto", o programa está focado em facilitação de acesso ao crédito e melhorias na prestação de serviços informatização e redução da burocracia. A medida mais impactante é a possibilidade de antecipação do valor do frete, que vai movimentar um mercado de R\$ 120 bilhões.

Segundo o Ministério da Economia, a medida significará aumento na renda do caminhoneiro de algo entre 15% e 20%. O pacote, que não tem medidas de impacto fiscal, ainda engloba linhas de crédito e renegociações de dívida na Caixa Econômica Federal; lançamento, por enquanto de forma experimental, do Documento de Transporte Eletrônico (DT-e); aumento do limite de peso por eixo; liberação de veículo, desde que ofereça condições para circulação.

Para a construção desse conjunto de medidas, Bolsonaro assinou dois decretos e duas medidas provisórias.

As iniciativas fazem parte do esforço do governo de evitar uma paralisação da categoria, que reclama do aumento dos preços dos combustíveis e defasagem no frete, como a de 2018, que parou o país. Durante discurso, Bolsonaro criticou a "máfia" para cobrança de pedágios existentes no passado e ressaltou que nas novas concessões de rodovias não haverá cobrança de pedágios para os motociclistas. Ele ressaltou que, apesar de ser um amante da velocidade, não estava legislando em causa própria.

Bolsonaro disse ainda que em seu governo "não tem aumento de multa para nada". "Chega de oprimir, de escravizar, de assaltar, de extorquir os brasileiros", afirmou o mandatário.

Ao anunciar o novo programa, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, ressaltou que o que está sendo proposto é uma "revolução" e que o "governo Bolsonaro valoriza os caminhoneiros".

No caso da antecipação do valor do frete, o presidente assinou uma portaria para viabiliza a modalidade que

permite que o caminhoneiro autônomo possa definir, de forma livre e transparente, a menor taxa de desconto a ser contratada junto a agentes financeiros formais. Os títulos representativos dos recebíveis de fretes serão vinculados a documentos fiscais eletrônicos gerados pelos fiscos estaduais e pela **Receita Federal do Brasil**, ou ao DT-e, que vai garantir a autenticidade e unicidade a esses títulos. Essa condição será essencial para que os agentes financeiros tenham segurança para oferecer o crédito e as taxas reduzidas.

Segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, filho de caminhoneiro, a medida ataca o "intermediário" que leva 40% do frete do caminhoneiro para fazer a transação. "É mais dinheiro no bolso do caminhoneiro, é mais comida na mesa", disse.

No fim de junho, a Caixa vai começar a oferecer uma linha de crédito específica para o caminhoneiro, modalidade de antecipação de recebíveis de frete. A adesão será simplificada e o pagamento antecipado diretamente e sem custos ao caminhoneiro. O banco ampliou ainda a campanha de renegociação de dívidas, com condições facilitadas e mais prazo para pagamento.

O Ministério da Infraestrutura informou ainda que também será liberado o uso experimental, a partir de julho (de forma não obrigatória), do DT-e, plataforma tecnológica que irá simplificar, reduzir burocracia e digitalizar a emissão de documentos obrigatórios. O documento substituir os cerca de 41 documentos. A expectativa é que no primeiro semestre do ano que vem a operação comece a ser obrigatória para o transporte de cargas.

O programa também fará uma mudança na forma de pesagem de cargas, aumentando limite de tolerância. O governo ainda definiu que o veículo que seja retido com alguma irregularidade que não seja possível sanar no próprio local da infração poderá ser liberado, desde que ofereça condições de segurança para circulação.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186870?page=1§ion=1

Gastos com fundo de promoção geram créditos de PIS e Cofins

Adriana Aguiar De São Paulo

Os lojistas de shopping centers, que enfrentam grave crise financeira causada pela pandemia, têm conseguido novas decisões no Judiciário para aliviar a carga tributária. Uma recente sentença da Justiça Federal de São Paulo concedeu, para uma rede de lojas de roupas masculinas, o direito a créditos de PIS e Cofins sobre depósitos em fundo de promoção, cobrados por centros de compras para a realização de propaganda das lojas.

Além de poder usar os créditos para quitar débitos de **tributos** federais, a rede ainda obteve na Justiça o direito à compensação dos valores pagos a mais nos últimos cinco anos. O montante exigido para fundo de promoção é relevante, por ser calculado com base nos valores do aluguel.

Há pouco tempo, outra rede de lojas, de roupas masculinas e femininas, pertencente ao mesmo grupo empresarial, conseguiu o direito a créditos de PIS e Cofins sobre outros custos: as taxas de condomínio.

Ambas as discussões surgiram na esteira do julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre insumos de 2018. Por meio de recurso repetitivo (REsp 1221170), os ministros decidiram que deve ser considerado insumo e, portanto, apto a gerar crédito, tudo que for imprescindível para o desenvolvimento da atividade econômica. A análise deve ser feita caso a caso, por depender de provas.

Em relação a essas redes de lojas, os principais pontos de venda ficam em shopping centers. Nos contratos firmados com eles existem cláusulas que obrigam o pagamento de despesas variadas, como condomínio e fundos de promoção.

"São taxas que são verdadeiras imposições, que se não forem pagas acabam por impedir sua atividade", diz a advogada Haraly Rodrigues, tributarista e sócia do Roncato Advogados, escritório que entrou com os dois processos. A **Receita Federal** somente autoriza a obtenção de créditos de PIS e Cofins dos valores dos aluguéis.

Com relação ao fundo de promoção, a rede de lojas alegou que a contribuição mensal do lojista ao empreendimento, para custeio do marketing coletivo,

visa atrair mais consumidores e está intrinsecamente relacionada à sua receita. Como são essenciais e relevantes para a formação da receita, a rede alega que devem ser consideradas como insumos.

Ao analisar o caso, o juiz Fernando Marcelo Mendes, da 13ª Vara Cível Federal de São Paulo, entendeu que, nos termos do que foi decidido pelo STJ, bem como considerando a atividade econômica desenvolvida pela rede de lojas, "as despesas com fundo de promoção incorridas pela impetrante devem ser consideradas como insumo, tendo em vista a sua relevância para a atividade desenvolvida" (processo nº 5019479-04. 2020.4.03.6100). Ainda cabe recurso da decisão.

Já sobre a taxa de condomínio, ao analisar o caso, o juiz José Henrique Prescendo, da 22ª Vara Cível Federal de São Paulo, considerou que as lojas da rede estão localizadas majoritariamente em shopping centers e que o pagamento de taxas condominiais está vinculado ao aluguel, que é "essencial" (processo nº 5019482-56.2020.4.03.6100). Nesse caso, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) já recorreu.

As decisões, ao seguirem o que foi firmado pelo STJ, confirmam o entendimento de que empresas comerciais têm direito a créditos de PIS e Cofins, como indústrias e prestadoras de serviços, segundo Haraly Rodrigues.

No caso do fundo de promoção, o advogado Rafael Fabiano, do Leonardo Naves Direito de Negócios, afirma que, ao se caracterizar como um gasto cujo objetivo é atrair uma maior quantidade de consumidores em potencial ao centro de compras, configura-se como uma despesa "essencial" e "relevante".

Procurada pelo Valor, a PGFN não deu retorno até o fechamento da edição.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186870

PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO

Investimento deve ser lembrado no IRPF

O prazo final para entrega da declaração de Imposto de Renda está chegando e, além dos rendimentos com salários e outras receitas, há os investimentos. A exceção ocorre apenas em algumas aplicações quando o saldo for inferior a R\$ 140, como a poupança. O prazo termina dia 31, quando mais de 32,6 milhões de declarações chegarão à **Receita Federal**, e a estimativa é arrecadar R\$ 19,6 bilhões. É obrigado a declarar quem teve rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70 em 2020. Quem não entregar fica inadimplente e os valores devidos serão corrigidos com multa de 1% ao mês.

Os informes, notas de corretagem e outros documentos trazem também informações sobre investimentos. Não é preciso calcular, já que o total está descrito nos documentos entregues pela corretora. Será preciso declarar beneficiário e CPF, nome da instituição pagadora, CNPJ e valor de rendimentos.

O tributarista Evanir Aguiar, diretor da Fortus Contábil, alerta que o contribuinte precisará dos saldos dos investimentos que compõem a carteira, já que fazem parte dos bens e direitos. O especialista ainda dá dicas para o microempresário individual (MEI), que deve fazer declaração anual com informações de faturamento até 31 de maio de 2021. A condição de inadimplente não impede o envio, mas o sistema impede o preenchimento sem que sejam gerados DAS em atraso. A solução é gerar o DAS mesmo sem conseguir realizar o pagamento. Há possibilidade de parcelamento em até 60 vezes.

POUPANÇA E TESOIRO Os rendimentos da poupança são isentos, mas devem constar na declaração. Os ganhos são informados na aba "Rendimentos isentos e não tributáveis". O código é o 12, que inclui poupança, LCA e LCI, entre outros. E é preciso preencher os saldos de cada aplicação em 31 de dezembro dos dois últimos anos na declaração de "Bens e direitos".

O Tesouro direto é tributado por tabela regressiva. As alíquotas são: até 180 dias, 22,55%; de 181 a 260 dias, 20%; de 361 a 720 dias, 17,5%. Acima de 720 dias, 15%. O imposto é retido no momento em que é feito o resgate. Saldos devem ser inseridos na ficha "Bens e Direitos".

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-

4800deb3f3be382f97782401f775184a.pdf

Banco apura fraude de 10 anos atrás

Alvo de uma grande operação da Polícia Federal, batizada de Black Flag, que investiga um esquema gigantesco de fraudes cometidas por empresas no valor de R\$ 2,5 bilhões, tomados irregularmente de instituições financeiras públicas e de fomento, o banco estadual Desenvolve SP - Agência de Desenvolvimento Paulista - informou ontem que as operações de crédito investigadas pela PF, foram aprovadas e formalizadas há dez anos. Sem maiores explicações e diante do inquérito policial em curso, o banco informou ontem que abriu um processo administrativo interno para apurar "eventuais desvios", sem, contudo, revelar a data de abertura da sindicância.

Para tentar esclarecer o escândalo financeiro que envolve um dos mais importantes bancos de fomento do Governo do Estado de São Paulo, a reportagem do Correio Popular foi ontem à sede do Desenvolve SP, na capital paulista, e identificou que nenhum integrante da diretoria estava presente para detalhar a falta de acompanhamento nestes últimos dez anos dos empréstimos e financiamentos realizados.

Apenas funcionários de empresas terceirizadas estavam no prédio e os agentes da portaria informaram que os profissionais da agência estavam em "home office".

Diante da dificuldade em obter informações na sede do banco, a reportagem entrou em contato com a ouvidoria da agência. Por meio dela, a reportagem finalmente obteve um atendimento do setor de comunicação do Desenvolve SP, que respondeu com uma lacônica nota oficial: "O Desenvolve SP esclarece que as ações investigadas pela operação Black Flag estão relacionadas a operações executadas dez anos atrás. A atual direção do banco está contribuindo integralmente com as autoridades competentes".

Na sequência, a nota acrescentou que: "o banco informa ainda que abriu processo administrativo para apurar eventuais desvios relacionados à concessão do crédito e fatos correlacionados à época. O Desenvolve SP está adotando todas as medidas judiciais cabíveis para proteger a instituição".

Apesar disso, ninguém explicou porque a agência realizou os contratos de crédito com valores tão elevados e não acompanhou o que as empresas fizeram com o dinheiro emprestado nesses dez anos. Normalmente qualquer empresa de pequeno ou grande porte tem muitas dificuldades em conseguir

financiamentos e existe um acompanhamento permanente dos passos que estão sendo realizados.

Nestes casos investigados pela Polícia Federal, o Desenvolve SP não identificou, por exemplo, se o montante emprestado estava sendo aplicado dentro do que foi estabelecido em contrato.

No anúncio de resultados da operação Black Flag da Polícia Federal, dia 11 de maio passado, o delegado chefe da Polícia Federal em Campinas, Edson Geraldo de Souza, explicou porque o Desenvolve SP está sendo alvo de investigação. "No caso do banco Desenvolve SP, ele foi alvo da operação porque a **Receita Federal** já tinha solicitado documentos relacionados a esse empréstimo, mas os documentos sumiram, então a investigação vai tentar descobrir como que se deu o desaparecimento desses documentos", afirmou Souza. "Neste momento, o banco é tratado como vítima", completou.

De acordo com a Polícia Federal, a investigação começou há dois anos e as fraudes foram descobertas a partir de ações da Receita, que verificou "movimentações financeiras suspeitas". Com a instauração do inquérito, a corporação descobriu "uma complexa rede de pessoas físicas e jurídicas fictícias" na região de Campinas responsável por movimentar o valor bilionário em operações financeiras. Segundo a **Receita Federal**, a participação inclui um grande grupo de profissionais, como advogados e contadores, além de responsáveis por falsificação de documentos.

Para proteger o patrimônio, foram criadas empresas do ramo metalúrgico para assumir a propriedade de bens e blindar o grupo de eventuais ações fiscais. Os créditos já apurados pela **Receita Federal** ultrapassam R\$ 150 milhões. A origem dos recursos que iniciaram o sistema de fraude é pública, considerando que a primeira companhia fictícia obteve, em 2011, um contrato com o Desenvolve SP e outro com a Caixa Econômica Federal, no valor total de R\$ 73 milhões.

Vale destacar que o Desenvolve SP é uma instituição financeira do governo do Estado de São Paulo que promove, desde 2009, o desenvolvimento sustentável do Estado por meio de operações de crédito consciente e de longo prazo para as pequenas e médias empresas paulistas.

A agência tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, contribuindo com a geração de

emprego e renda em todas as regiões do Estado, promovendo o desenvolvimento local.

A agência é vinculada à Secretaria de Fazenda e Planejamento e foi concebida como instrumento institucional de apoio às políticas de desenvolvimento econômico para o Estado de São Paulo.

Esquema sustentava estilo de vida cinematográfico

A Polícia Federal de Campinas deflagrou, no dia 11 passado, uma operação que envolve crimes contra o Sistema Financeiro Nacional; contra a Ordem Tributária; e contra a lavagem de dinheiro por parte de uma organização criminosa suspeita de praticar fraudes no valor total de R\$ 2,5 bilhões. O objetivo, segundo a investigação, era sustentar os integrantes do grupo em "padrão cinematográfico" com a compra de veículos importados de luxo, imóveis, lancha e até patrocínio de esporte automobilístico.

É uma ação da Polícia Federal em conjunto com a **Receita Federal** e Ministério Público Federal. Ao todo, foram cumpridos 15 mandados de prisão e 70 de busca e apreensão em dez municípios de quatro estados do Brasil. Além disso, foi determinado o afastamento por 30 dias de um delegado da Polícia Federal do exercício do cargo por conta de uma "troca de informações". As ordens foram expedidas pela 1ª Vara Federal de Campinas. As cidades envolvidas são: Campinas; Valinhos; Indaiatuba; Sumaré; Guarujá; São Paulo; Fortaleza; Aquiraz (CE); Brasília; e Paraty (RJ).

A operação Black Flag contou com a participação de 220 policiais federais e 50 servidores da **Receita Federal**.

Entre as medidas cumpridas está o bloqueio de contas e investimentos no valor de R\$ 261 milhões; sequestro de bens imóveis e congelamento de transferências de bens móveis.

Em Campinas, os mandados foram cumpridos em escritórios, residências e até um SPA localizado no Cambuí. Durante as buscas, 20 carros de marcas de luxo, entre elas Porsche, Ferrari, BMW, Mercedes-Benz, Land Rover e Volvo, foram apreendidos e encaminhados à sede da PF na cidade. Em Paraty (RJ), lanchas também foram recolhidas.

Além dos veículos, foram apreendidos R\$ 1,2 milhão em dinheiro, 302 jóias, 97 relógios, 76 bolsas, 147 garrafas de vinho, 2 quadros, 27 celulares, documentos e uma caixa de RGs falsos que eram usados para abrir as empresas fictícias. Os 15 mandados de prisão expedidos foram cumpridos, sendo que doze dos detidos são de Campinas - os

outros dois foram encontrados em São Paulo e Brasília. Um está foragido.

O nome da operação, Black Flag (bandeira preta, em inglês), é uma alusão ao término das atividades ilegais da organização através da ação da polícia, assim como acontece na desclassificação de corredores automobilísticos que descumprem regras do regulamento e recebem a bandeirada preta. A referência é porque parte dos recursos dos desvios financiava o esporte automobilístico dos principais investigados.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/VCP/2021/05/19/pdf/>

Governo anuncia medidas de apoio a setor

São Paulo - O governo federal lançou ontem pacote de medidas de incentivo a caminhoneiros, um dos grupos que apoiou a eleição do presidente Jair Bolsonaro. O pacote tem medidas nas esferas de infraestrutura rodoviária e de incentivo e qualidade de vida aos motoristas, algumas das quais já vinham sido mencionadas pelo governo federal há meses.

Uma das medidas do pacote é a que permite a antecipação de recebíveis, "na qual o caminhoneiro autônomo poderá definir, de forma livre e transparente, a menor taxa de desconto a ser contratada junto a agentes financeiros formais", informou o Ministério da Infraestrutura em **comunicado**.

Segundo a pasta, os títulos representativos dos recebíveis de fretes serão vinculados a documentos fiscais eletrônicos gerados pelos fiscos estaduais e pela **Receita Federal**, ou ao novo Documento de Transporte Eletrônico, "que vai garantir a autenticidade e unicidade a esses títulos. Essa condição será essencial para que os agentes financeiros tenham segurança para oferecer o crédito e as taxas reduzidas".

O pacote também promove, via Medida Provisória, aumento do limite de tolerância para peso por eixo nas rodovias. O limite passa de 10% para 12,5%, e a medida também extingue a tolerância de peso por eixo para veículos com peso bruto total (PBT) menor que 50 toneladas.

"Sendo assim, o caminhoneiro que carrega o caminhão dentro do limite do PBT não seja penalizado por não conseguir aferir o peso por eixo no momento do carregamento, já que algumas cargas são difíceis de serem distribuídas uniformemente na carroceria", afirmou a pasta.

Outra mudança prevista na medida provisória é uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para permitir que, caso o veículo seja retido com alguma irregularidade que não possa ser sanada no próprio local da infração, ele poderá ser liberado desde que ofereça condições de segurança para circulação. O documento será recolhido e mediante regularização do veículo, não superior a 15 dias, será devolvido.

No pacote de bondades à categoria responsável por uma greve que paralisou o País por mais de 10 dias em maio de 2018 e que trouxe graves consequências à economia ao longo do restante daquele ano, o governo também anunciou que a Caixa vai ter linhas

de crédito "em condições especiais" e serviços de banco para os caminhoneiros. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-19-05-2021/>

Receita Federal lança aplicativo para agendamento de serviços presenciais

Wesley Costa

A **Receita Federal** lançou seu novo aplicativo para o agendamento de serviços. Agora, quem precisar de atendimento presencial em uma das unidades pode utilizar a plataforma "Agendamento RFB", que já está em funcionamento desde a última terça-feira (17). A ferramenta desenvolvida em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) pode ser baixada gratuitamente nas lojas de aplicativos dos sistemas iOS e Android. O aplicativo vem para atender um anseio da sociedade, no sentido de melhorar cada vez mais os atendimentos da **Receita Federal**, segundo o superintendente do órgão na 2o Região Fiscal, Ornar Rubim Filho. "Com a plataforma o contribuinte poderá escolher o dia, hora e unidade mais próxima da Receita em que deseja ser atendido, tudo através desse aplicativo que é muito intuitivo. Após preencher essas informações, a pessoa vai poder se deslocar até uma de nossas unidades para receber o atendimento no horário marcado", explicou.

O superintendente ressalta ainda que o órgão federal tem avançado bastante na disponibilização dos seus serviços e atendimentos de forma remota. "Hoje, a maioria da interação da **Receita Federal** com a sociedade, a prestação de serviços e demandas geradas pelos contribuintes já podem ser feitas de forma remota", afirmou Ornar. Regularização de CPF, emissão de vias de recolhimento, pedidos de retificação e entrada de impugnação junto à Receita são uns dos serviços ofertados e que podem ser agendados por meio do novo aplicativo.

ON-LINE

As estatísticas sobre o número de acessos no aplicativo nesses primeiros dias de funcionamento ainda estão sendo coletadas, mas o porta-voz da **Receita Federal** afirma que as equipes estão on-line 24 horas por dia para garantir os serviços. "Estamos trabalhando fortemente para gerar uma sinergia maior da **Receita Federal** com a sociedade, para que essa consiga resolver suas demandas da forma mais cômoda possível, seja através do atendimento à distância como também no presencial, sempre dando uma segurança maior para o contribuinte", garantiu o superintendente.

Para utilizar o aplicativo não é necessário fazer

nenhum tipo de cadastro, basta somente informar um número de CPF ou CNPJ. Além do agendamento dos serviços que podem ser sincronizados com a agenda pessoal, o novo aplicativo também permite o compartilhamento de data e horário em outras mídias e a visualização em mapa da unidade selecionada, que também já traça as melhores rotas até a unidade desejada. Outros serviços da **Receita Federal** também estão disponíveis de forma remota nos canais de atendimento virtual, mas para o atendimento presencial a receita ressalta que é necessário realizar o agendamento de horário antes de comparecer na unidade.

Site:

<https://www.diarioonline.com.br/Digital/Page?editionId=1749>

Atenção as deduções

EVALDO MAGALHÃES

Faltando menos de duas semanas para o fim do prazo para entrega do Imposto de Renda de 2021, circula nas redes sociais uma notícia que, a princípio, traz esperança a milhares de contribuintes. A informação é de que trabalhadores liberais e autônomos que atuaram em home office no ano passado, em razão da pandemia, poderiam abater até 20% das despesas domésticas, como aluguel, IPTU e contas de água, luz, telefone e Internet, na declaração, reduzindo o imposto a pagar ou mesmo ampliando eventuais restituições.

Apesar de essa ser, de fato, uma possibilidade legal - baseada no artigo 68 do Decreto nº 9.580/2018, da própria **Receita Federal** -, especialistas alertam para as "cascas de banana" em que os interessados podem escorregar, levando-os fatalmente à malha fina do Leão.

O primeiro problema, segundo a professora e advogada tributarista Alessandra Brandão, da PUCMinas, algumas exigências que os profissionais liberais ou autônomos (médicos, psicólogos, dentistas, advogados, vendedores, consultores etc), obrigatoriamente não assalariados e sem possuir CNPJ, devem cumprir para poder pedir os abatimentos.

"Não é simplesmente preencher a declaração, apontando as despesas da casa para dedução. A pessoa precisa ter pago o Carnê Leão em 2020 e ter feito o livro caixa, com cópias de todos os comprovantes de pagamentos mensais, de forma muito bem estruturada", diz ela, referindo-se ao registro contábil de despesas e receitas da atividade profissional.

Alessandra lembra ainda que ao menos 50% dos rendimentos do interessado precisam ter vindo da atividade como liberal ou autônomo. "Também vale lembrar que esse tipo de operação não é novidade. Já existia antes da pandemia. Mas ele é possível para uma parcela muito restrita de contribuintes", afirma a advogada. "Hoje, a tributação sobre liberais e autônomos é muito alta e a maioria esmagadora dessas pessoas já tem CNPJ, "pejotizou", acrescenta.

RISCOS

O também professor de planejamento tributário e contador Antônio Machado, do Ibmec, prevê aumento significativo de pessoas na malha fina deste ano, em

razão de tentativas mal executadas de incluir despesas domésticas como deduções do IR. "A princípio, segundo a Receita, todas as despesas de custeio de um negócio são dedutíveis. Mas, se estou em home office, como separar o que é gasto com a casa e com esse negócio? Tem que ter critério e precisão, porque a Receita pode cobrar provas sobre essas despesas".

Empreendedor sequer tem a possibilidade de usar o benefício

Nunca é demais reforçar que a possibilidade de abatimento de despesas domésticas oriundas do home office, de até 20% dos gastos em contas como aluguel, luz e telefone, só vale para profissionais autônomos e liberais que atuam em casa; que tenham o Carnê Leão quitado, o livro caixa devidamente preenchido e, além de tudo, não possuam um CNPJ.

Isso exclui, obviamente, os Microempreendedores Individuais (MEI), um exército de mais de 1,3 milhão de pessoas, só em Minas - e que cresceu quase 20% durante a pandemia. "Autônomos como psicólogos, médicos, dentistas e advogados podem fazer deduções de despesas (como as mencionadas), mas, para isso, ainda assim, precisam ter o livro caixa", explica a analista do Sebrae Minas, Laurana Viana.

"Mas o empreendedor, como é o caso do MEI, não é um autônomo. Ele tem CNPJ, tem empresa. E essa pessoa, muitas vezes, quando é só MEI e não tem outro tipo de rendimento, não cai sequer na condição de obrigatoriedade de declarar o Imposto de Renda", completa.

NÚMEROS

Até o início desta semana, a **Receita Federal** havia recebido cerca de 20,5 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física 2021, ano-base 2020. A expectativa era de que, até o próximo dia 31, quando se encerra o prazo do acerto com o Leão, sejam entregues cerca de 32,6 milhões de declarações. Em Minas Gerais, segundo a Receita, pouco menos de 2 milhões de documentos, dos cerca de 3 milhões esperados, haviam sido recebidos, a maioria deles (94%) pela Internet.

Entre as novidades deste ano, está a ampliação do número de contribuintes aptos a usar a declaração pré-preenchida foi ampliado. Esse tipo de declaração possibilita a inclusão de diversos dados prestadas à

Receita Federal por meio de outras fontes. Mas, apesar da vantagem, é preciso que o contribuinte verifique, corrija ou complemente os dados.

Além disso, os beneficiários do auxílio emergencial em 2020 são obrigados a declarar o IR caso tenham recebido, junto com as bolsas, outros rendimentos tributáveis em valor anual superior a R\$ 22.847,76. Nessa situação, o contribuinte também deverá devolver as parcelas. Isso pode ser feito por meio do programa do IRPF ou no aplicativo "Meu imposto de renda", na ficha "Rendimentos tributáveis recebidos de pessoas jurídicas".

Site:

<https://digital. hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/index.jsp?serviceCode=login&edicao=13190>

Vidas e capital humano perdidos (3)

Há múltiplos significados na busca de esclarecimentos de erros e omissões no combate à pandemia da covid-19 que levaram à tragédia de 439 mil brasileiros mortos até ontem pela doença respiratória. Além do respeito a quem teve interrompido o direito à vida, a seus familiares e amigos, a recuperação da economia não faz sentido sem o valor da vida, entendida como motor do consumo, fonte de conhecimento, produção, emprego e renda. Identificar e corrigir rumos poupam vidas e braços para o crescimento de que o país tanto necessita.

Os economistas Claudio Considera e Juliana Trece, integrantes do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getulio Vargas, se lançaram a esse desafio de medir o valor econômico das perdas para o novo coronavírus no Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante mais de um ano de pandemia. As referências principais do estudo foram indicadores de rendimento e da educação, partindo do pressuposto de que as pessoas com até 69 anos mortas pela covid-19 ainda poderiam dar sua contribuição à sociedade produzindo e gerando renda. As informações sobre a pandemia se referem ao período entre a segunda quinzena de março de 2020 e meados deste mês.

Além da falta que as vítimas vão fazer do ponto de vista humano, de convivência com seus familiares e amigos, elas representam o que os economistas chamam de capital humano: tinham conhecimento, habilidades adquiridas em seu amadurecimento e no exercício profissional que ainda transmitiriam por longo tempo, fazendo a engrenagem da economia girar e produzir avanços e renda.

Considerando-se o rendimento médio por hora do trabalho no Brasil, a primeira conclusão foi de que a soma dos vencimentos mensais totais de 216,6 mil brasileiros com idade entre 20 e 69 anos vitimados pela covid-19 era de R\$ 492 milhões, quer dizer R\$ 5,9 bilhões por ano. O número de óbitos que embasou o estudo foi de 430 mil.

Outras 211 mil pessoas mortas tinham idade acima de 70 anos, e, nesse caso, foi estabelecido o rendimento médio mensal real de aposentadoria e pensão estimado pela Pnad Contínua do IBGE de 2019. Para esse grupo, os economistas da FGV chegaram ao cálculo do rendimento mensal total de R\$ 413,8 milhões, o que significaria R\$ 5 bilhões ao ano. Outro cruzamento de dados complementar no estudo indica que, ao se avaliar o rendimento mensal dos idosos a

partir dos 70 anos somado aos vencimentos mensais provenientes do trabalho daquelas pessoas de até 69 anos, estratificados por nível de instrução e sexo, o valor final seria de R\$ 10,4 bilhões por ano.

Centenas de municípios brasileiros têm produção de bens e serviços medida pelo Produto Interno Bruto (**PIB**) inferior à quantia estimada pelos economistas do Ibre/FGV. Por fim, uma pergunta justa que não poderia deixar de ser feita em respeito aos mortos por covid-19 é quanto essas vítimas poderiam produzir e gerar de rendimento com base nas expectativas de vida estimadas no Brasil.

A resposta seria, segundo Claudio Considera e Juliana Trece, um rendimento total de R\$ 182,6 bilhões até a morte de pouco mais de metade dos brasileiros que não resistiram à covid-19, grupo de 217 mil pessoas com idade entre 20 e 69 anos. Pode ser que, diante do elevado desemprego no Brasil, grave problema para o país antes mesmo da crise sanitária, parcela das pessoas mortas desde março do ano passado não estivessem mais trabalhando durante esse período.

No entanto, algumas das mortes resultaram e resultarão em pagamentos de pensão. De um lado, isso significa pressão maior sobre a conta da **Previdência Social**; mas, de outro, dinheiro em circulação capaz de compensar parte das perdas. São considerações prementes que não têm mobilizado os governos e os parlamentares. O país teria tantas vidas perdidas se tivesse havido campanhas de esclarecimento sobre a gravidade da doença respiratória, alertas efetivos para a importância da prevenção, além de decisão e agilidade na contratação de vacinas no momento certo? Não haverá recuperação efetiva da economia sem o controle da pandemia.

Prova de vida on-line é golpe

Fernanda Strickland

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) alerta para recente golpe que vem sendo aplicado envolvendo ligações telefônicas a aposentados com suposta determinação de prova de vida on-line. A justificativa para a mudança seria o impacto da pandemia do novo coronavírus. Durante as chamadas, são informados todos os dados pessoais e enviada uma mensagem, por WhatsApp, pedindo ao beneficiário que envie foto de documento para finalizar o processo.

A prova de vida de aposentados e pensionistas do **INSS** voltará a ser obrigatória. A Portaria 1.299 do Instituto define que quem não fizer a comprovação de vida entre 1º de junho e 31 de dezembro, dependendo da data prevista, terá o benefício bloqueado..

O **INSS** alerta para que, em caso de ligação telefônica para realização de prova de vida, o aposentado desligue e não forneça dados. "O **INSS** não faz contato por telefone para procedimento de prova de vida", destaca.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Guerra interna no Centrão

Uma guerra interna e silenciosa está sendo travada entre integrantes do Centrão no Congresso Nacional. Envolve diretamente o presidente da República, Jair Bolsonaro, e pode respingar na secretária de Governo da Presidência, ministra Flávia Arruda (PL-DF), que é deputada federal. Isto porque o presidente da Câmara dos Deputados, Artur Lira (PP-AL) tentou se articular, recentemente, pela retirada do deputado Ricardo Barros (PP-PR) da liderança do governo na Casa. Flávia ajudou na articulação.

Só que a ideia tem sido refutada por vários parlamentares do bloco e Bolsonaro acabou recuando dela.

Segundo informações de bastidores, até mesmo deputados que são do grupo de Lira manifestam-se contrários à iniciativa. A rivalidade entre o presidente da Câmara e o líder do governo é antiga dentro do Centrão, só que muitos integrantes acham que o momento não é de disputas. Sobretudo, pelo fato de Barros já ter sido ministro da Saúde e ter certo conhecimento técnico em relação à pasta, o que é importante para ser usado nas ações legislativas, durante este momento de pandemia.

A cabeça de Barros Lira teria pedido à ministra Flávia Arruda, considerada sua apadrinhada no cargo, para tentar conversar com Bolsonaro sobre a troca. Diante das reações no Centrão, Bolsonaro ficou irritado.

Nos corredores da Câmara, ontem, vários parlamentares deram como certo que Barros não deixará a liderança. Chegou a circular a informação de que a irritação do presidente poderia deixar Flávia Arruda com os dias contados, mas ontem tal situação parecia descartada nos corredores do Congresso.

Sem querer se identificar, deputados próximos a Lira avaliam que Flávia, com pouco mais de um mês na secretaria, ainda precisa dizer a que veio, mas apostam que ela tende a receber um voto de confiança por parte do presidente - embora não tenha sido bem sucedida ao se aliar a Lira na articulação.

Evitando falar no assunto, Ricardo Barros atuou ontem como líder do governo. Anunciou que o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 4, que recompõe gastos obrigatórios da **Previdência Social** cortados do Orçamento Geral da União (OGU) deste ano, pode ser votado amanhã (20). Informou que está sendo construído um acordo.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-fc7079c59bf3610c28028522c22f6ef8.pdf

Auxílio-doença fica mais fácil a partir de hoje

Ludmila Azevedo

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) publicou portaria que permite a concessão do auxílio-doença sem a obrigatoriedade de perícia médica em uma agência. A regra já está valendo.

Agora, o trabalhador que precisar se afastar do trabalho por doença poderá receber um auxílio temporário por incapacidade só com a análise e aprovação de documentos médicos, como atestados, laudos e relatórios de exames.

Os auxílios com base na nova modalidade poderão ser concedidos até 31 de dezembro. Se aprovado, o benefício será pago por até 90 dias. Caso o segurado fique incapacitado por um período mais longo, precisará dar entrada em um novo requerimento.

Se o segurado não tiver o auxílio aprovado pela análise documental, ele será convocado para uma perícia presencial. Contando a partir do dia da notificação do **INSS**, o trabalhador terá sete dias para entrar em contato com o órgão e agendar a perícia.

Se perder o prazo, o segurado terá o pedido arquivado - ele poderá refazer o pedido quando desejar.

Tem direito à nova modalidade quem reside em locais onde a agência do **INSS** não tem serviço de perícia médica, seja por restrições, por causa da pandemia da Covid-19, ou por falta de peritos.

Quem mora em local com demora de mais de 60 dias para o agendamento da perícia médica também pode solicitar o benefício dessa forma.

A solicitação do auxílio deve ser feita pelo telefone 135, pelo aplicativo "Meu **INSS**" ou pelo site www.meu.inss.gov.br (nesses últimos, entrando com login e senha). É possível checar o andamento do pedido pelos mesmos canais.

Saiba como consultar o valor do 13º dos aposentados do INSS

CLAYTON CASTELANI

O valor da primeira parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas da Previdência já aparece em extratos de pagamento disponíveis pelo site e aplicativo oficial de serviços do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), o **Meu INSS**. A reportagem verificou a informação por meio de extratos cujo acesso foi disponibilizado por segurados e com o próprio **INSS**. Os valores ficam liberados para consulta aos beneficiários após fechamento da folha de pagamentos pela Dataprev (empresa de tecnologia da Previdência), o que confirma, portanto, o depósito do 13º antecipado de 2021 nas datas previstas pelo governo. Veja ao lado.

Para fazer a consulta, é preciso acessar o **Meu INSS**, na internet ou no aplicativo por celular, informar o **CPF** e a senha. Quem não tiver senha de acesso pode gerar uma. O benefício está no extrato, que fica em "Serviços em Destaque". No documento, o aposentado ou pensionista pode consultar o valor do 13º, além do benefício mensal. Há também a data de pagamento.

As duas parcelas do 13º do **INSS** serão antecipadas para os meses de maio e junho e creditadas nas mesmas datas em que ocorrem os depósitos de aposentadorias, pensões por morte e demais benefícios do órgão, conforme decreto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) publicado em 5 de maio.

O calendário mensal dos benefícios do **INSS** sempre começa no mês da competência que está sendo paga, quando ocorrem os créditos para segurados com renda de até um salário mínimo (R\$1.100 em 2021). Em maio, esses pagamentos terão início no dia 25.

Beneficiários com renda acima do piso recebem a partir do primeiro dia útil do mês seguinte ao da competência que está sendo paga. Esses segurados, portanto, começarão a receber o benefício de maio e a primeira parcela da gratificação em 1º de junho. O pagamento ocorre conforme o número final do benefício.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

13 salário do INSS começa a ser pago no dia 25 deste mês

Antecipada para maio por causa da pandemia da covid-19, a primeira parcela do décimo-terceiro salário do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) começará a ser paga no próximo dia 25 aos aposentados e pensionistas.

Os depósitos ocorrerão até o dia 8 de junho.

A segunda parcela do décimo-terceiro será paga entre 24 de junho e 5 de julho. As datas são distribuídas conforme o dígito final do benefício do **INSS**, começando nos segurados de final 1 e terminando nos segurados de final 0.

Tais datas valem para quem recebe aposentadorias, auxílios e pensões de até um salário mínimo.

Para quem ganha acima do mínimo, o calendário é um pouco diferente. A primeira parcela será paga de 1º a 8 de junho; e a segunda, de 1º a 7 de julho. Começam a receber os segurados de final 1 e 6, passando para 2 e 7 no dia seguinte e terminando nos finais 9 e 0.

As datas estão sendo informadas no site e no aplicativo Meu **INSS**. A primeira parcela do décimo-terceiro é isenta de Imposto de Renda e equivale à metade do benefício mensal bruto pago pelo **INSS**. O imposto só é cobrado na segunda parcela.

A tributação varia conforme a idade. O segurado de até 64 anos paga Imposto de Renda caso receba acima de R\$ 1.903,98. De 65 anos em diante, a tributação só é cobrada se o benefício for superior a R\$ 3.807,96.

O decreto com a antecipação do décimo-terceiro para aposentados e pensionistas foi publicado em 4 de maio.

Segundo o Ministério da Economia, a medida deve injetar cerca R\$ 52,7 bilhões na economia do País e não terá impacto orçamentário, por tratar-se apenas de mudança de data de pagamento.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/VCP/2021/05/19/pdf/>

Cobrança de diferencial do ICMS é constitucional

Brasília - Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a cobrança de diferencial da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) nas compras interestaduais feitas por empresas que optem pelo Simples Nacional. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 970821, com repercussão geral reconhecida (Tema 517).

O julgamento teve início em novembro de 2018 e, na ocasião, foi suspenso por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. O colegiado terminou a apreciação do caso na sessão virtual concluída no último dia 11, seguindo, por maioria, o voto do relator, ministro Edson Fachin.

O recurso extraordinário foi interposto por uma empresa gaúcha contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) que reconheceu a validade de regras das leis estaduais 8.820/1989 e 10.043/1993 que autorizam a cobrança antecipada do ICMS nas aquisições de mercadorias por micro e pequenas empresas em outras unidades da Federação.

O relator, ministro Edson Fachin, votou pelo desprovisionamento do recurso, mantendo o entendimento do TJ-RS. Ele observou que a Lei Complementar (LC) 123/2006, que instituiu o Simples Nacional, autorizou expressamente a cobrança de diferencial de alíquota mediante antecipação do tributo, que consiste em recolhimento, pelo estado de destino, da diferença entre as alíquotas interestadual e interna, de maneira a equilibrar a partilha do ICMS em operações entre os entes federados. "Ocorre, portanto, a cobrança de um único imposto calculado de duas formas distintas, de modo a alcançar o valor total devido na operação interestadual", explicou

Ao contrário do alegado pela empresa, Fachin afastou, no caso, ofensa ao princípio da não cumulatividade, já que o artigo 23 da LC 123/2006 também veda explicitamente a apropriação ou a compensação de créditos relativos a **impostos** ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

Quanto à alegação de ofensa ao postulado do tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, o ministro destacou que a jurisprudência do STF compreende o Simples

Nacional como realização desse ideal regulatório, em total consonância com o princípio da isonomia tributária. Contudo, observou que a realização desse objetivo republicano deve ser contemporizada com os demais postulados do Estado Democrático de Direito.

Fachin recordou que a opção pelo Simples Nacional é facultativa e que a empresa deve arcar com o bônus e o ônus decorrentes de uma escolha que resulta, ao fim, num tratamento tributário sensivelmente mais favorável.

Votaram com o relator a ministra Rosa Weber e os ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, presidente do STF. Os ministros Gilmar Mendes e Nunes Marques acompanharam com ressalvas.

Prejuízo - Ao abrir divergência e votar pelo provimento do recurso, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que o entendimento do TJ-RS obriga as micro e pequenas empresas a pagar, além do Simples, a diferença entre as alíquotas, violando o tratamento diferenciado previsto na Constituição Federal e na LC 123/2006. A cobrança, a seu ver, prejudica a pequena e microempresa, ferindo os artigos 170, incisos I, e 179 da Constituição Federal, que preveem tratamento desigual aos desiguais. Seguiram a divergência os ministros Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e a ministra Cármen Lúcia.

A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: "É constitucional a imposição tributária de diferencial de alíquota do ICMS pelo estado de destino na entrada de mercadoria em seu território devido por sociedade empresária aderente ao Simples Nacional, independentemente da posição desta na cadeia produtiva ou da possibilidade de compensação dos créditos".

O Simples foi criado com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, em 2006, e entrou em vigor um ano depois. O sistema é um regime compartilhado (União, estados e municípios) de arrecadação, cobrança e fiscalização de **tributos**, destinado às micro e pequenas empresas, que pagam em um único boleto oito **impostos**: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição Social sobre o

Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Financeira para a **Seguridade Social** (Cofins), Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP). (As informações são do STF e da Agência Sebrae de Notícias)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-19-05-2021/>

Respostas mais rápidas

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) publicou, nesta segunda-feira (17), uma portaria que altera as regras para a concessão do auxílio-doença e facilita esse procedimento para os segurados.

A principal mudança é que, a partir de agora, o segurado não poderá ser recusado sem a realização de perícia médica presencial.

Nestes casos, o beneficiário deverá ser convocado para uma perícia presencial e terá sete dias para agendar o exame. Vale lembrar que caso o beneficiário não responda no prazo, terá o pedido arquivado, mas não negado. Sendo assim, ele poderá refazer o pedido imediatamente.

Assim como em 2020, o trabalhador que precisar se afastar do trabalho por doença poderá receber um auxílio temporário por incapacidade apenas pela análise e aprovação da sua documentação médica, como atestados, laudos e relatórios de exames.

O agendamento para realização da perícia médica presencial pode ser feito pelo serviço "Perícia Presencial por Indicação Médica", no Meu **INSS**.

Fila de espera Outra alteração da nova portaria é a permissão para a análise documental de beneficiários que estão na fila de espera para passar por perícia presencial.

A decisão de trocar a fila de espera pela perícia documental cabe ao segurado, que deve solicitar a mudança por meio do Meu **INSS** ou da central135.

Vale ressaltar que essa opção não irá alterar a data original de início do benefício, preservando o valor integral dos atrasados desde a data do primeiro requerimento.

Em março deste ano, a lei permitiu a retomada da concessão do auxílio por incapacidade sem a obrigatoriedade do exame presencial durante a pandemia de Covid-19. No entanto, o **INSS** definiu algumas regras para autorizar a análise documental.

A primeira limitação é que o auxílio sem perícia deve ser realizado em cidades nas quais as agências estiverem eventualmente fechadas devido ao avanço da Covid-19 ou cujas salas de perícia estejam inadequadas.

A segunda garante a análise documental nas unidades

em que estejam trabalhando com déficit de peritos superior a 20%. Já a terceira e última hipótese libera a análise do requerimento de auxílio de forma remota quando o agendamento para perícia registrar um intervalo de espera superior a 60 dias.

Mudanças No auxílio-doença sem perícia, em 2021, o beneficiário não poderá pedir a prorrogação dos pagamentos quando o prazo de 90 dias for superado. Em vez disso, deverá apresentar um novo pedido.

Outra diferença é que, em 2020, a aprovação de um auxílio por incapacidade pela análise da documentação médica garantia apenas o pagamento de um salário mínimo. O restante do valor, caso a média salarial do segurado garantisse um benefício maior, só poderia ser liberada após a realização da perícia presencial.

Já neste ano, não foi estabelecido um limite de valor, conforme aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Até a primeira quinzena de abril, cerca de 600 mil pessoas ainda aguardavam a realização de perícia médica do **INSS** para ter acesso à concessão ou a complementação de benefícios.

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Os valores de previdência privada são considerados incomunicáveis? (3)

Jéssica de Oliveira Serial

A discussão ainda está longe de se tornar pacífica, mas a depender do regime de bens e a natureza ou finalidade para a qual foi constituída a previdência privada é possível que os valores sejam partilhados na hipótese de divórcio ou dissolução de união estável.

A maior discussão sobre o assunto está relacionada ao regime de comunhão parcial de bens, em que são comunicáveis/partilháveis os bens que sobrevierem ao casal na constância do casamento. Entretanto, a legislação prevê bens "incomunicáveis", vale dizer, mesmo adquiridos na constância do casamento os bens não seriam objeto de partilha no momento do divórcio ou dissolução de união estável. Por força do artigo 1.659, VI e VII, do Código Civil, que excluem da comunhão os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge e as pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes, a **previdência social (INSS)** não se comunica no momento da dissolução do vínculo.

No mesmo sentido, as previdências privadas na modalidade de fundos fechados e que têm como escopo complementar a aposentadoria, também são excluídas da comunhão. Em contrapartida, as previdências privadas abertas - oferecidas no mercado sob a forma de PGBL e VGBL, por se assimilarem mais a aplicações financeiras com fins lucrativos do que previdência privada propriamente dita, e, por tais rendimentos em alguns casos poderem ser resgatados, os doutrinadores e aplicadores do Direito têm ao longo dos anos alterado o entendimento sobre o assunto.

Assim, é possível atualmente sustentar a comunicabilidade e partilha de previdência privada aberta, considerando as especificidades do plano discutido, o que permite evitar fraudes no momento da partilha, além de preservar o equilíbrio financeiro dentro da relação conjugal, em que ambos elegeram o regime de comunhão parcial de bens. Contudo, o assunto exige cautela e para concluir que a previdência privada será objeto de partilha de bens, é necessária uma investigação caso a caso para distinguir o tipo de previdência a ser discutido. Em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça confirmou a decisão do Tribunal de origem assegurando ao ex-cônjuge direito à partilha de

valores acumulados em previdência privada aberta, nas modalidades Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=4471>

Valor do salário mínimo pode subir mais em 2022

ALEXANDRO MARTELLO G1 BRASÍLIA

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia informou nesta terça-feira (18) que elevou de 4,27% para 5,05% a estimativa de **inflação** de 2021 medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O INPC é o índice usado pelo governo para a correção anual do salário mínimo. Se esse aumento se confirmar e não houver mudança no cálculo, o reajuste do mínimo de 2022 também será maior. Atualmente, o salário mínimo está em R\$ 1.100.

Em abril, o governo divulgou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 em que prevê alta de 4,27% para o INPC neste ano, o que levaria a uma correção do mínimo para R\$ 1.147 no ano que vem. Entretanto, se a nova previsão do governo, de alta de 5,05% no INPC neste ano, se confirmar, o salário mínimo subiria para R\$ 1.155,55 em 2022. Abaixo da **inflação**

De acordo com informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 50 milhões de pessoas no Brasil, das quais 24 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A Constituição determina que o salário mínimo tem de ser corrigido, ao menos, pela variação do INPC do ano anterior. Em 2021, porém, o salário mínimo de R\$ 1.100 não repôs a **inflação** do ano passado. A correção aplicada pelo governo foi de 5,26%, mas a **inflação** medida pelo INPC somou 5,45% no ano passado. Para que não houvesse perda de poder de compra, o valor do salário mínimo deveria ter sido reajustado para R\$ 1.101,95 neste ano.

O valor para o salário mínimo de 2022 pode sofrer novas alterações no decorrer deste ano, com base nas projeções de **inflação** para o ano de 2021 (utilizadas como parâmetro para correção). Sem aumento real No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) enviado pelo governo ao Congresso este ano, está prevista a correção do salário mínimo apenas pela **inflação** em 2022, com base na estimativa do INPC deste ano. Se isso for cumprido, não haverá "ganho real", ou seja, o poder de compra de quem recebe salário mínimo permanecerá inalterado. Esse formato já foi adotado em 2020 e 2021. Com isso, o governo mudou a política de aumentos reais (acima da **inflação**) que foi proposta pela presidente Dilma

Rousseff e aprovada pelo Congresso.

A política de reajustes pela **inflação** e variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) vigorou de 2011 a 2019, mas nem sempre o salário mínimo subiu acima da **inflação**. Em 2017 e 2018, por exemplo, foi concedido o reajuste somente com base na **inflação** porque o **PIB** dos anos anteriores (2015 e 2016) teve retração. Por isso, para cumprir a fórmula proposta, somente a **inflação** serviu de base para o aumento. Impacto nas contas públicas Ao conceder um reajuste maior para o salário mínimo, o governo federal também gasta mais. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o valor do mínimo. De acordo com cálculos do governo, a cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo cria-se uma despesa em 2020 de aproximadamente R\$ 355 milhões. Assim, um reajuste R\$ 8,55 maior para o salário mínimo em 2022 representaria uma queda de cerca de R\$ 3 bilhões nas despesas criadas para o governo federal.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=4471>

Flávio Nogueira integra Grupo de Trabalho de Combate à Pandemia na Câmara Federal

A Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados criou um Grupo de Trabalho de Combate à Pandemia do Novo Coronavírus. O objetivo é discutir as medidas já adotadas, bem como apontar falhas e propor melhorias no enfrentamento da doença no país. O deputado federal Flávio Nogueira é o único piauiense a integrar o Grupo de Trabalho.

Flávio Nogueira lembrou que o país enfrenta, há mais de um ano, uma das maiores pandemias da humanidade. "Uma doença que já deixou muitas vítimas, tanto pessoas que faleceram, quanto pessoas que ficaram com sequelas da doença.

Durante todo esse tempo estamos também acompanhando as dificuldades do sistema de saúde do país, não apenas o público, mas também o privado. É carência de profissionais, estrutura física, ausência de medicamentos e até mesmo Equipamentos de Proteção Individual para os nossos profissionais. Precisamos discutir o que pode ser feito para garantir uma melhoria nas políticas públicas de saúde", observou.

O Grupo de Trabalho terá reuniões mensais com audiências públicas com participação de convidados de diversos órgãos que estão atuando no enfrentamento da pandemia. Para isso, as reuniões serão divididas em pelo menos sete temáticas já previamente delimitadas pelo Grupo. São elas: logística de vacinas (registro, orçamento, compra, distribuição e aplicação), cases de sucesso de vacinação no mundo: o que pode ser aplicado no Brasil, participação do setor privado na compra e aplicação das vacinas, indústria da saúde (vacinas, insumos e equipamentos), pesquisas clínicas de vacinas contra novas doenças e pós-covid: acompanhamento do paciente e da família.

Durante os trabalhos, os parlamentares irão ouvir representantes do Ministério da Saúde, Anvisa, Butantan, Conselhos de Saúde, entidades farmacêuticas, de prefeitos, representantes de Governadores, empresas responsáveis pela fabricação de respiradores, Fiocruz, universidades, sociedade de psicologia, de assistência social e ainda pacientes que foram vítimas da doença. "O objetivo do Grupo é avaliar o cenário, saber onde precisamos melhorar e também o que pode ser feito para que essa doença não avance ainda mais deixando mais

vítimas", frisou o parlamentar.

Nogueira propôs ainda que o Grupo discuta também as ações que devem ser articuladas através do Comitê Pós-pandemia - proposta de sua iniciativa aprovada em abril de 2021 - que venham a mitigar os impactos sociais, tributários, econômicos oriundos da pandemia. Além do deputado Flávio Nogueira integram o Grupo os deputados Pedro Westphalen, Dra. Soraya Manato, Eduardo Costa, Juscelino Filho e Vivi Reis.

Revisão da vida toda: quem tem direito a incluir salários antigos na aposentadoria

Por G1 Ribeirão Preto e Franca

Os contribuintes e dependentes que tiveram o benefício aprovado depois de 1999 podem ter aumento no valor da aposentadoria e da pensão.

O processo conhecido como "revisão da vida toda" se aplica especialmente aos trabalhadores que tiveram os maiores salários antes de 1994.

A Procuradoria Geral da República (PGR) deu parecer favorável no processo que está esperando julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

A PGR disse que os trabalhadores têm o direito de escolher a melhor forma de calcular o benefício e que a regra criada em 1999 não pode excluir do cálculo da aposentadoria os maiores salários do segurado.

Carteira de trabalho; emprego - Foto: Gilson Abreu/AEN

Quem tem direito

O especialista em previdência Hilário Bocchi Junior explica que, em novembro de 1999, foram criadas duas formas de calcular a aposentadoria: uma para quem começou a contribuir a partir desta data, em que os salários da vida inteira entram no cálculo.

A outra regra se aplica para quem já estava contribuindo quando a lei começou a valer e utiliza as contribuições de julho de 1994 até a data do início do benefício.

"Quem foi incluído nesta regra e que tem os maiores salários antes de julho de 1994 também quer a aplicação dos salários da vida toda", diz Bocchi Junior.

Como pedir a revisão

Como em qualquer outro tipo de revisão de aposentadoria, o principal cuidado é ter certeza de que o valor do benefício vai aumentar.

Bocchi Junior lista um roteiro para fazer o pedido de revisão:

Acesse a cópia do processo de aposentadoria e o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) que

vai servir para provar os salários anteriores a 1994. Caso não tenha todos os salários no CNIS, solicite nas empresas a Relação dos Salários de Contribuição (RSC). Nos meses que não tiver a prova da remuneração, será considerado o salário-mínimo. Faça o cálculo e verifique se o valor da aposentadoria vai aumentar. Solicite o pedido de revisão no site oficial da **Previdência Social**. Se o **INSS** negar, é possível entrar com um processo na Justiça.

Você tem dúvidas sobre aposentadoria e outros benefícios? Envie para o e-mail podeperguntar@eptv.com.br.

Leia mais notícias sobre aposentadoria e direitos trabalhistas

VÍDEOS: Tudo sobre Ribeirão Preto, Franca e região

Site: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/pode-perguntar/noticia/2021/05/19/revisao-da-vida-toda-quem-tem-direito-a-incluir-salarios-antigos-na-aposentadoria.ghtml>

Interferências do STF e a democracia brasileira (2)

Antonio Tuccilio

O que está acontecendo com o Supremo Tribunal Federal ultimamente? Parece que no Brasil não há mais 11 ministros e, sim, 11 presidentes. Confesso que estou preocupado com certas decisões do STF, muitas vezes extrapolando os limites de sua autoridade.

Um exemplo recente é a decisão do Executivo de não realizar o censo em 2021. Podemos questionar o caso. Argumentos não faltam para sua realização. Porém, no final das contas, é o governo central quem decide se faz o censo ou não, e arca com sua escolha.

Aí vem o STF e decreta a realização do censo em 2022! Para mim, trata-se de uma intervenção grave do Judiciário no Executivo. E, até onde consta, o Brasil é uma República presidencialista. A última palavra tem de ser do presidente. Definitivamente, não é atribuição do STF interferir em uma decisão do Executivo.

Estamos falando dos guardiões da Constituição Federal. São 11 pessoas que devem, sim, agir quando há dúvidas legais em relação a decisões. Porém, não é isso o que vemos no dia a dia. Acompanhamos nos últimos meses um número exorbitante de interferências do Judiciário nos demais poderes. É preocupante. Não deve ser assim. É como se qualquer decisão do Executivo e do Legislativo corresse o risco de não sobreviver, já que basta bater o martelo e o STF derruba.

Sabemos que o governo federal e o Congresso vêm tomando diversas decisões ruins e equivocadas. Mas intromissões como essa geram preocupação. A Constituição existe para ser respeitada. Se lá está clara a organização dos poderes, então é para isso acontecer.

Outro tema que me chama a atenção é o desespero de muitos para acabar com a Operação Lava-Jato. Fica a impressão de que essas pessoas não querem o fim da corrupção e, sim, promovê-la. Crimes de colarinho branco estão entre os maiores atentados contra a democracia. De nada adianta prender os peixinhos se os tubarões estão soltos, livres e de olho em novas vítimas.

Esse sentimento de desestruturação na nossa

democracia não é de hoje. Na verdade, já deixou de ser sentimento e se torna fato. No caso do Supremo Tribunal Federal, Suas Excelências precisam, assim como os outros poderes, encontrar soluções para livrar o Brasil da situação em que está e não insistir nessa ineficaz e preocupante batalha de egos.

Antonio Tuccilio, Presidente da Confederação Nacional dos **Servidores Públicos** (CNSP)

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Brasil é o 7o entre os países que mais gastam com servidores públicos

Agência Estado

O Brasil tem uma das maiores despesas com remuneração de servidores no mundo, segundo dados reunidos pelo Tesouro Nacional em um painel interativo que será lançado pelo órgão. De uma relação de 74 países, o Brasil tem o 7o. maior gasto: 12,9% do **PIB**. Os dados são de 2019 e consideram despesas com pessoal ativo de União, Estados e municípios.

Penduricalhos para contornar o teto salarial de R\$ 39,2 mil mensais, salários maiores do que na iniciativa privada e brechas para o acúmulo de remunerações são fatores apontados por especialistas para explicar a permanência do Brasil no topo do ranking. Um histórico de aumentos acima da **inflação** nos salários também contribui para o quadro.

O ganho mais recente incorporado ao conjunto de regras para servidores foi uma portaria do Ministério da Economia prevendo que militares da reserva e servidores civis aposentados que continuam trabalhando em determinados cargos podem receber as duas remunerações, mesmo que ultrapassem o teto de R\$ 39,2 mil. A medida beneficiou o presidente Jair Bolsonaro com um "aumento" de R\$ 2,3 mil por mês e o vice-presidente Hamilton Mourão, com R\$ 24 mil mensais. Ministros também serão beneficiados.

A medida despertou críticas, sobretudo no momento em que o time do ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta fazer avançar no Congresso sua proposta de reforma administrativa, para flexibilizar a estabilidade no cargo, extinguir penduricalhos que hoje turbinam salários e deixar o terreno pronto para uma revisão futura de carreiras e salários. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara para avançar à próxima etapa, que é a análise de mérito na comissão especial.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20210519>

O caminho da Reforma (3)

O Brasil define, provavelmente este ano, o papel que deseja para o Estado e seus **servidores públicos** para as próximas décadas. A PEC 32, a chamada Reforma Administrativa, está em fase de audiências públicas na Câmara dos Deputados. O desafio da peça é preservar a figura do servidor público eficiente e eficaz, enquanto combate privilégios e deixa a máquina pública mais leve.

Penso que o melhor caminho está no equilíbrio entre as linhas de pensamento que defendem um Estado forte e as que querem um Estado mínimo. Rechaçar por completo a discussão da Reforma Administrativa seria um retrocesso absurdo. Assim como a Constituição Federal Espanhola, o Brasil precisa mirar na melhoria da prestação de serviço ao cidadão, permitindo um atendimento célere e bem-sucedido. Garantir o aumento da produtividade no setor público certamente trará melhorias para a economia brasileira.

O Orçamento Público carece de maiores investimentos estruturais, com ações que facilitem a vida do cidadão brasileiro. O custo gigantesco do Estado é gerado principalmente por folhas salariais que engessam administrações nas três esferas e nos três poderes e mantém privilégios inconcebíveis para o dia de hoje, a exemplo de férias de 60 dias e supersalários em alguns casos. Para esses poucos setores, é preciso se reconhecer como privilegiados e cortar na carne. No entanto, não nos apressemos.

O assunto merece o debate cuidadoso. É fundamental separar privilégios de prerrogativas. O Estado brasileiro deve garantir estabilidade ao servidor público, valorizá-lo, capacitá-lo e protegê-lo do assédio de mandatários e de grupos privados. Não se pode, ainda, de modo algum, romper os pilares da Constituição Federal de 1988. Fragilizar o servidor público não serve ao país. Culpá-los de um Estado lento e burocrático é um total desatino.

A Reforma Administrativa não pode ferir no peito a ampla maioria dos funcionários públicos, que cumprem seu mister e recebem em média de três a quatro salários mínimos. E reduzir o acesso da população aos serviços públicos seria simplesmente desastroso. Por isso, é importante seguir discutindo, ouvir a sociedade como um todo e contar com ela para que tenhamos um Estado ágil e moderno, mas também justo e com segurança jurídica. Estamos em busca do caminho do meio.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao->

digital/Page?editionId=4471

Prova de vida digital está disponível

Depois da fase de testes desde novembro do ano passado, a prova de vida digital agora está disponível para todos os aposentados, pensionistas e anistiados da administração federal. Para realizar a Prova de Vida Digital, porém, o beneficiário precisa ter a biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

O serviço pode ser acessado por meio do aplicativo SouGov.br, canal de atendimento recém-lançado pelo governo federal, exclusivo para **servidores públicos** federais ativos, aposentados, pensionistas e anistiados em substituição ao aplicativo Sigepe Mobile.

A comprovação digital é realizada por meio da validação facial, conforme instruções no aplicativo SouGov.br. Mesmo quem excedeu o prazo de três meses para fazer o procedimento pode seguir as instruções.

No SouGov.br, todos os beneficiários - independentemente de terem ou não biometria - podem acompanhar a situação da prova de vida por meio do aplicativo, e também conseguem obter o comprovante e receber notificações para lembrar do prazo para a realização da comprovação.

Quem não tiver a biometria cadastrada no TSE ou no Denatran, ou não optar pela comprovação digital, deve realizar a prova de vida no banco em que recebe o provento ou benefício.

Todas as informações sobre a realização da prova de vida digital e o seu acompanhamento pelo aplicativo SouGov.br estão disponíveis no Portal do Servidor.

Site:

<https://edicao.odia.com.br/2021/05/19/194054/issue9128.pdf>

Disputa eleitoral antecipada gera clima de fim de governo e atrasa reformas

Eduardo Cucolo são paulo

A chance de aprovação de reformas econômicas até 2022 passou a ser vista como remota pelo mercado financeiro e por analistas políticos, revertendo o otimismo do início do ano após a mudança no comando do Congresso.

Entre os principais temas em discussão no Legislativo, estão a reforma administrativa, três propostas de **reforma tributária** e a privatização de algumas estatais. Em todos os casos, as mudanças contrariam grupos de interesse organizados, como o funcionalismo, o que torna difícil o andamento dessas questões em um ambiente que já é de disputa eleitoral antecipada.

Pesam também a continuidade da pandemia, o andamento de uma CPI e a falta de espaço no Orçamento de 20-21 para incorporar mais demandas parlamentares em troca de apoio ao governo.

Há ainda a falta de apoio do presidente Jair Bolsonaro e de vários ministérios à agenda liberal do ministro Paulo Guedes, o que já levou a uma debandada de vários secretários e assessores da pasta comandada por ele, a Economia.

O próprio ministro já disse que não faz mais previsões sobre prazo para aprovação de reformas, após negociações frustradas com o Legislativo.

Nesse cenário, na avaliação de economistas, a política econômica até 2022 deve se concentrar em duas frentes: um Banco Central que terá de lidar com riscos inflacionários e uma normalização do estímulo monetário e um Ministério da Economia na defensiva para manter os gastos públicos sob controle.

A reforma dos **tributos** sobre o consumo em todos os níveis de governo sofreu um revés nas últimas semanas com a decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de anunciar o fim da comissão que analisava uma das propostas. Ele sinalizou apoio ao projeto do governo que unifica apenas dois **tributos** federais (PIS/Cofins), mas que também enfrenta resistências de alguns setores.

A administrativa sofre resistência tanto de parlamentares de oposição quanto de governistas, que

já falam em adiar as discussões para 2023.

Em relação às privatizações, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei que quebra o monopólio dos Correios e também editou uma medida provisória que abre caminho para a venda da Eletrobras. Os textos ainda precisam do aval da Câmara e do Senado.

Nos dois primeiros meses após a troca de comando no Congresso, os parlamentares chegaram a aprovar a autonomia do BC, uma versão desidratada da PEC emergencial e o novo marco regulatório do saneamento básico, mas o andamento de novas proposições tornou-se incerto.

Cláudio Couto, coordenador do mestrado de Gestão e Políticas Públicas da FGV EA-ESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), afirma que a atual administração sempre priorizou a reeleição e o combate aos adversários à agenda de reformas econômicas.

Para ele, a entrada do ex-presidente Lula na disputa por 2022 resultou em um aquecimento do clima de disputa eleitoral antecipada, o que prejudica ainda mais o andamento das reformas e enfraquece a posição da equipe econômica.

"Há uma fragilização do ministro da Economia, que vem perdendo poder ao longo de todo o processo, sendo desacreditado pelo presidente da República, que defende posições que vão contra a agenda econômica", afirma Couto.

"A gente tem visto também esse desembarque em massa de membros da Ministério da Economia, que foram percebendo que a proposta que orientava sua ida ao governo não seria levada adiante."

Mauro Morelli, estrategista-chefe da Davos Investimentos, afirma que os investidores veem uma antecipação do cenário eleitoral de 2022.

Para ele, várias das propostas em discussão no Congresso teriam efeitos positivos sobre a população de maneira geral, mas podem gerar perdas para minorias que estão bem organizadas e podem causar ruído político.

"A visão que se tem é que já estamos no fim do governo, quando, na realidade, deveríamos estar pensando que estamos apenas um pouco depois da metade", afirma Morelli.

Para ele, esse cenário limita a atuação do Ministério da Economia, embora a equipe econômica ainda esteja obtendo mais vitórias do que derrotas nas discussões sobre a política fiscal.

Morelli afirma que, em relação às ações na área econômica, 2021 pode ser considerado como um ano que não existe. "Do ponto de vista humanitário, ainda estamos na pandemia de 2020. Do ponto de vista político, já estamos em 2022."

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, diz ver semelhanças entre a situação atual e o segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015, quando outras áreas do governo se opunham às propostas do Ministério da Fazenda.

"Existe menos espaço para reformas do que a gente estava vendo no início do ano, e a gente não vê uma atuação unida do Executivo para que elas sejam aprovadas", afirma.

Para ele, a reforma administrativa pode até ser votada na Câmara, mas terá dificuldade em avançar no Senado neste ano enquanto durar a CPI da Covid. Em 2022, o foco será a disputa pelo aumento de despesas que será viabilizado pela correção do teto de gastos por uma **inflação** mais alta.

"Não vai se lutar pela pauta econômica no ano que vem. Se neste ano há uma sensação de que não é prioridade, no ano que vem vai ser pior ainda."

Marco Maciel, sócio e economista da gestora Kairós Capital, afirma que a disputa eleitoral não afeta neste momento os indicadores econômicos do país, que melhoraram nas últimas semanas, mas também não contribui para o andamento das propostas econômicas no Congresso.

Em sua avaliação, a política econômica atual ficou muito focada nas grandes reformas e deixou de lado questões microeconômicas que poderiam ajudar o Brasil. Entre os textos importantes no Congresso, Maciel cita ainda a revisão da legislação cambial, que passou na Câmara neste ano e ainda será analisada pelo Senado.

"A gente fica na defensiva porque só faz atualmente política fiscal e monetária. Alguns analistas diriam que é isso mesmo. Na minha opinião, tem outras coisas para serem feitas também", afirma.

O economista Otto Nogami, professor do Insper, diz que o que se vê atualmente é uma desmobilização do ministério, com projetos engavetados e uma dificuldade muito grande de diálogo com o Congresso.

"Este 2021 pode ser considerado um ano perdido, 2022 é ano de eleição. Tudo vai depender do governo que vai assumir em 2023. Se este governo for reeleito, vão ser mais quatro anos de problemas."

REFORMA ADMINISTRATIVA Apresentada pelo governo em setembro de 2020, a proposta aguarda votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, um dos primeiros passos na tramitação

REFORMA TRIBUTÁRIA As três propostas que estão no Congresso (da Câmara, do Senado e do governo) e unificam **tributos** sobre o consumo estão praticamente paradas desde 2020. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer fatar a reforma e tratar de outros **tributos**, em linha com Guedes

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS MP que precisa ser votada até 22 de junho para não perder a validade. Parecer preliminar do deputado Elmar Nascimento ainda não foi votado

MONOPÓLIO DOS CORREIOS Câmara aprovou urgência do projeto que abre a empresa para o capital privado. BNDES prevê privatização em 2022, mas deputados dizem que texto não prevê a venda da estatal

NOVO MARCO LEGAL DO CÂMBIO Aprovado na Câmara, projeto ainda precisa de aval do Senado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49532>

Doria anuncia isenção de ICMS para áreas da saúde

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou nesta terça-feira (18) nas redes sociais que o estado vai zerar o ICMS, imposto estadual sobre mercadorias e serviços, para medicamentos usados nos tratamentos de diálise, Aids e câncer.

Além disso, escreveu que o imposto também será zerado em equipamentos e insumos para entidades beneficentes, assistenciais e fundações que atendem a hospitais públicos.

As medidas foram enviadas à Assembleia Legislativa paulista em forma de projeto de decreto legislativo e aprovadas nesta terça-feira.

Para terem acesso ao benefício, as instituições devem ter Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) e comprovar que as mercadorias adquiridas em 2020 só foram destinadas a hospitais públicos.

Caberá à Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento divulgar a relação das fundações privadas e clínicas que fazem os serviços previstos nos decretos.

A isenção passa a valer quando os decretos forem publicadas no Diário Oficial.

O anúncio veio poucos meses depois de o governo aumentar **impostos** para a área da saúde. Em **reforma tributária** aprovada em outubro passado, decretos assinados por Doria revogaram parte da isenção do imposto para medicamentos e dispositivos de saúde e impuseram alíquota de 18% sobre esses produtos, em meio à crise sanitária.

Entidades como a Confederação Nacional de Saúde e associações de indústrias lançaram em março passado um manifesto no qual alertaram que o aumento de **impostos** poderia fazer, por exemplo, uma cirurgia cardíaca de alto risco saltar de R\$ 43,2 mil para R\$47,3 mil. A gestão Doria também havia aumentado o ICMS para medicamentos genéricos. Em janeiro, o governador recuou e suspendeu o aumento.

Sob pressões e protestos de produtores rurais e frigoríficos, o governador desistiu também de aumentar **impostos** sobre leites e carnes vendidas a estabelecimentos enquadrados no Simples Nacional.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

DR com a agropecuária - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Os números da agropecuária destoam do resto da economia. Ocorreu uma combinação excepcional de fatores: o comércio mundial recuperou-se rapidamente; a China elevou suas encomendas - com rápido controle da Co-vid-19, recomposição de rebanho suíno depois da peste africana e recrudescimento da guerra comercial EUA-China-; e erros de política econômica produziram uma depreciação do real (25% em 2020) que destoou do ocorrido na média das moedas de emergentes, em parte beneficiadas pela valorização das commodities.

O quadro é de ganha-ganha para o setor, com aumento de volume exportado (5,7% nos últimos 12 meses até março sobre igual período anterior), de preços de exportação (3,1%) e preços internos (52% no atacado em abril na variação anual).

O resultado é que o valor adicionado da agropecuária em termos reais (descontada a **inflação**) teve aumento de 2% em 2020, ante recuo de 4,1% do **PIB**. O crescimento em termos nominais foi de notáveis 35%, enquanto o **PIB** nominal ficou praticamente estagnado (0,6%).

O setor foi dos poucos que manteve investimentos. O licenciamento de máquinas agrícolas subiu 7,3% em 2020, enquanto o de veículos pesados recuou 15,3%. O setor de máquinas fala em boom de negócios este ano e fila de espera para aquisição.

Ainda que os resultados de 2020 não venham a se repetir; o quadro segue favorável. Porém, não convém ir muito longe nas conclusões sobre a capacidade do setor de puxar o crescimento do país. O setor tem peso modesto no **PIB** (abaixo de 5%), é pouco intensivo em mão de obra e produz efeitos em cadeia relativamente limitados, por conta do elevado custo-Brasil - começando pela cumulatividade de **impostos** que prejudica cadeias industriais mais longas. Há baixa correlação entre o **PIB** agropecuário e o da indústria ou o **PIB** total.

Em um setor marcado pela concentração de renda -no Censo de 2017,0,6% dos estabelecimentos mais ricos responderam por 53% da produção, e 9% por 85% -, a capacidade de organização é grande, o que se traduz na sobre representação no Congresso frente ao seu tamanho. A bancada ruralista tem, por baixo, 200 deputados.

Os grandes produtores rurais estiveram, no passado, associados a agendas conservadoras ou mesmo retrógradas, como na oposição à educação de massa no Império e na Primeira República, temendo aparentemente a mobilidade da mão de obra e o aumento de **impostos**. Esses tempos ficaram para trás. O meio rural se modernizou para fazer frente à concorrência mundial, investindo em novas técnicas, tecnologia e inovação. Ainda assim, mesmo sendo um setor moderno e inserido globalmente, mantém-se voltado a questões do seu interesse imediato, omitindo-se em temas nacionais -a bem da verdade, essa característica não é exclusiva do setor, sendo comum na elite de países não avançados, como o Brasil.

Na discussão da **reforma tributária**, a agropecuária pleiteia regras tributárias especiais por se considerar um setor vital para a economia -uma visão simplista, para dizer o mínimo. Defende uma carga tributária mais baixa, alinhada com a observada nos países concorrentes, como se o seu benefício não implicasse mais **impostos** sobre os demais. Ao mesmo tempo, abstém-se de defender reformas fiscais que são o caminho para menor taxaço no futuro - foi assim na reforma da Previdência. Opõe-se ao fim da isenção da cesta básica, mesmo havendo formas mais adequadas para reduzir a desigualdade. Aponta risco despropositado de não recuperar créditos tributários de exportação, quando, na realidade, a criação do imposto sobre o valor agregado equacionaria o problema hoje enfrentado com estados e municípios. Também é injusta (ainda que legal) a subtaxação de lucros por conta do recolhimento por pessoa física.

Mesmo em temas associados aos seus interesses, a atuação deixa a desejar. Em que pesem acusações injustas sobre sua responsabilidade na questão ambiental, há uma boa dose de omissão em temas como desmatamento ilegal, desrespeito ao código florestal, uso inadequado de recursos hídricos e grilagem. Em plena segunda onda da pandemia, organizações da agropecuária se manifestam em apoio a Bolsonaro, mas não cobram maior zelo nas relações diplomáticas -sem contar o silêncio em relação à gestão da saúde.

Cabem agendas mais ambiciosas e amplas no setor. A superação dos nossos problemas estruturais requer que todos deixem de lado visões míopes.

Mesmo tendo se modernizado, setor se mantém voltado a questões do seu interesse imediato,

omitindo-se em temas nacionais

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para governo, economia cresce 3,5%

O Ministério da Economia elevou de 3,2% para 3,5% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2021, devido ao "bom resultado da atividade econômica no primeiro trimestre do ano, mesmo diante do aumento das regras legais de distanciamento e a despeito do fim do auxílio emergencial". O órgão, por sua vez, piorou as previsões de **inflação**.

A nova estimativa consta do Boletim Macro Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, divulgado ontem. "As novas projeções para o **PIB** são reflexo desses novos dados da nossa atividade", afirmou o secretário especial da Fazenda, Bruno Funchal, na apresentação dos dados do relatório.

"As medidas tomadas pelo governo federal em conjunto com o Congresso Nacional continuam relevantes para mitigar os fortes efeitos negativos da pandemia na economia brasileira", destaca o documento, que reforça a importância do processo de imunização da população contra a covid-19 e do controle das contas públicas. "A vacinação em massa, a consolidação fiscal e as reformas pró-mercado, todas em curso, pavimentarão o caminho para um crescimento sustentável que dê suporte a emprego, renda e maior nível de bem-estar da população brasileira." O secretário Aldolfo Sachsida, titular da SPE, considerou a nova previsão do governo mais conservadora do que as feitas no mercado e descartou cenário de estagflação. "No momento atual da economia brasileira, não faz sentido", disse. Para ele, o momento de revisões para cima que está atravessando o mercado reflete o "bom momento econômico". "A nossa projeção é conservadora. Temos vários analistas de mercado prevendo crescimento acima de 4%", disse.

Os técnicos da pasta mantiveram a previsão de alta de 2,5% para o **PIB** de 2022 a 2025. Já a previsão de **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano passou de 4,42%, no relatório de março, para 5,05%, mesma taxa para o Índice de Preços Nacional ao Consumidor (INPC), utilizado para a correção do salário mínimo. (RH)

A dívida pública e a governança (2)

Sacha Calmon

O analista Fábio Graner teme que a dívida pública de vencimento em curto prazo (em até 12 meses) seja a de maior patamar no Brasil, com qualquer indicador que se use.

Os "bolsomissos" que idolatram o autoritário líder de ínfima autocrítica não se preocupam em analisar com isenção o seu governo. São, como na Bíblia está noticiado, adoradores de ídolos com pés de barro.

O governo é ruim em quase todos os aspectos, até mesmo os desfalques - que seria um diferencial - têm aumentado nos estamentos médios da burocracia estatal. Tem-se que pagar "propina" para as coisas andarem, com dinheiro vivo, mão a mão, em lugares seguros.

Deixemos de lado esse aspecto, pois quem não tem prova, só o relato, não tem como acusar, apenas registrar e salvaguardar as fontes de informações (garantia constitucional).

Vamos para outro lado comprovável e até mesmo constante do painel de informações do governo, ele mesmo fornece os dados, a tormentosa e preocupante dívida pública. O governo gasta, emitindo moeda, fazendo compensação com devedores e ao mesmo tempo credores da Fazenda Pública, privatizando ativos, que o presidente anda a resistir - é estatista - ou emitindo e vendendo títulos do Tesouro Nacional.

A dívida pública total já atingiu o nível de 94% do **PIB** nacional, ou seja, toda a produção anual de bens e serviços por ano, no caso a de 2020, em via de consolidação, segundo o Tesouro. "A tendência é que essa proporção aumente ainda mais, segundo estimativas para o Plano Anual de Financiamento (PAF) 2021 e anos seguintes, caso as condições vigentes não permitam um alongamento mais acelerado dos prazos dos títulos públicos emitidos", completa o documento. Objeções da instituição indicam possibilidade de a parcela que vence em até um ano chegar a 18,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2021, subindo para uma média de 19,3% nos três próximos anos (despesas para "rolar" a dívida pública).

De acordo com o anexo da LDO em 2020, o volume de dívida de curto prazo a pagar atingiu 18,7% do **PIB**, "patamar significativamente acima da média histórica registrada". "O refinanciamento desses títulos curtos em 2021 tende a ser feito por meio de novos títulos

com características similares, o que significa que a elevada concentração de dívida no curto prazo tende a prosseguir por um período superior a 2021". Assim, a redução do percentual vincendo em 12 meses é pura quimera.

Isso nos leva a analisar a gestão econômica do governo atual. Esperava-se (a) uma diminuição do tamanho do governo federal, suas fundações, autarquias e empresas públicas, o que não ocorreu e quando ocorreu foi em percentual irrisório, e(b) a indução liberal do setor privado em investimentos de infraestrutura, o que não aconteceu ou deu-se de modo quase imperceptível, em razão do estilo beligerante do governo.

No primeiro ano de governo, assistimos ao Executivo federal atuar abertamente contra o Legislativo e o Judiciário (cesarismo), criando entre seus adeptos profunda adversão aos demais poderes da República.

No segundo, o governo recua, mas se mantém à parte e a matroca. Nos últimos cinco meses, aproximou-se do Centrão, mais na Câmara dos Deputados e menos no Senado da República, para poder governar, pois até o momento nada fez do que terminar obras de seus antecessores.

Seguramente, o presidente da República é visto no exterior como de feitio absolutista, como há anos não se via, e, no campo interno, como autoritário, predominando o "falar" e o "açar" do que o governar em estilo republicano de viés liberal.

O presidente gosta de mandar sozinho (déspota), mas já se mostra envelhecendo e fatigado com as responsabilidades da presidência. Malquistado no exterior, sua política externa e desafinada em relação aos quatro campos ou polos de poder econômico: EUA (sob Biden) que não o tolera, o Merco-sul ou mais propriamente a Argentina, já que os Andes nem sequer os avistamos, e China que hostiliza como criança birrenta, embora seja o nosso primeiro parceiro comercial e esteio do agronegócio, sem falar na comunidade europeia (CEE).

Desde Getúlio Vargas e muito longe do mais democrático e dinâmico presidente de nosso país, o simpático Juscelino K. Oliveira, estamos a ver o Brasil igualar-se aos antigos - agora não os há - caudilhos da América Latina. Até no campo religioso o presidente Bolsonaro, ao invés de unir, estimula a divisão, opondo seus "evangélicos" à Igreja Católica, uma

decepção!

Entre os católicos, sua rejeição é de 53% (cinquenta e três por cento).

Seu apoio fiel caiu para 20% dos entrevistados na pesquisa do Datafolha e tende a cair. Temos uma epidemia de COVID e um governo federal insuficiente; estados e municípios cuidam do povo. Essa é a percepção nacional.

A bolsonaria dá a impressão de que é maior, por duas razões. Grande parte da classe média fala em seu prol, um pedacinho do público votante, e seus adeptos saem e adoram fazer passeatas e carreatas, a pregar o fechamento do Congresso e do STF (ditadura).

Mas há um obstáculo: as Forças Armadas... E uma observação: o povão não faz passeata nem sai às ruas. Mas vota em Lula.

Sacha Calmon, Advogado, coordenador da especialização em direito tributário da Faculdades Milton Campos, ex-professor titular da UFMG e UFRJ

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Vacinar para crescer (2)

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES

Nos cursos de Economia aprendemos que o crescimento econômico vem, pelo lado da demanda, do consumo das famílias e do governo, dos investimentos e das exportações menos as importações. A oferta de bens e serviços vem da indústria, agropecuária e serviços.

A queda do **PIB** em 2020, no mundo inteiro, decorreu da falta de demanda em função da pandemia da covid-19. Políticas públicas de transferência de renda e de irrigação de liquidez foram implementadas de forma generalizada para atenuar os efeitos da crise.

Com o avanço da vacinação, muitos países conseguiram afrouxar as políticas de distanciamento social e já estão sentindo os efeitos positivos sobre a economia.

Os relatórios mais recentes do FMI, OCDE e Banco Mundial mostram projeções mais otimistas para o crescimento econômico dos países com vacinação mais adiantada, sobretudo no hemisfério norte. Chamam a atenção para as dificuldades de acelerar a imunização em alguns países, como o Brasil.

Aqui, com o início da vacinação em janeiro último, ainda que tardio, pudemos observar mudança nas expectativas e o **PIB** do primeiro trimestre não desabou como previram alguns analistas, em que pesem recordes históricos e indesejados na taxa de desocupação.

Amajoria dos indicadores de sondagem divulgados pela FGV indica melhoria em relação ao início do ano. Cito alguns: Índice de Confiança Empresarial, Índice de Confiança do Consumidor, e Indicador de Incerteza-Brasil. Pesquisas mostram que a população quer a vacinação.

Espero que a desaceleração da velocidade da vacinação decorrente do atraso no recebimento de matéria prima e de novos imunizantes não altere as expectativas positivas criadas a partir de janeiro.

O ritmo da vacinação vai ditar a retomada do emprego e da renda das pessoas.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, ex-secretário do Tesouro Nacional e atual chefe de Gabinete da SEPOG/ SP

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-fc7079c59bf3610c28028522c22f6ef8.pdf

Economia calcula efeito da vacinação sobre avanço do PIB

Fabio Graner e Lu Aiko Otta

O Ministério da Economia apresentou ontem uma relação entre a vacinação e o aumento do Produto Interno Bruto. Ao divulgar a elevação da previsão do **PIB** para este ano de 3,2% para 3,5%, como antecipou o Valor, a Secretaria de Política Econômica (SPE), que integra a estrutura do ministério, destacou no seu Boletim Macroeconômico que a vacinação em massa contra a covid é imprescindível tanto para o crescimento atual, quanto para o futuro.

O documento destaca que a vacinação permite o retorno seguro ao trabalho, com retomada da produção e do consumo. Com isso, há elevação do produto, principalmente no setor de serviços, o mais afetado pela pandemia. O que, por sua vez, impacta positivamente a renda e o emprego. Pelo lado das expectativas, a vacinação rápida e abrangente aumenta as projeções do mercado para o **PIB**, ao trazer otimismo quanto à recuperação.

Para analisar essa relação de causalidade, foram analisados dados das 30 maiores economias do mundo. A SPE constatou que, para cada aumento de dez pontos percentuais nas doses aplicadas por 100 habitantes, há uma revisão para cima do **PIB** em 0,13 ponto percentual, na média.

Um levantamento da SPE apresenta o Brasil como o 15º país com maior índice de vacinas aplicadas por 100 habitantes, ficando atrás de países desenvolvidos e também de emergentes, como Turquia e Marrocos.

O boletim afirma que, ao observar a quantidade de doses recebidas pelos Estados e o número de doses aplicadas, "é possível verificar que há muitas doses que já foram distribuídas e aguardam aplicação". Por isso, existe potencial para a imunização ser ampliada no curto prazo.

O site do Ministério da Saúde mostrava ontem às 20h45 que 17.270.701 pessoas receberam duas doses das vacinas, 36.377.591 receberam só a primeira dose. Um total de pouco mais de 56 milhões de doses aplicadas ante 90,6 milhões de doses distribuídas.

"A vacinação em massa, a consolidação fiscal e as reformas pró-mercado pavimentarão o caminho para crescimento de longo prazo da economia brasileira",

afirma o boletim. O secretário Adolfo Sachsida reforçou a mensagem: "a melhor política econômica é a vacinação em massa", disse, defendendo também a agenda de consolidação fiscal e de reformas.

A secretaria apresentou dados de EUA e Indonésia, que exemplificam como a vacinação está atrelada às expectativas em relação ao nível de atividade. Nos EUA, a vacinação rápida é acompanhada pela revisão para cima da projeção do crescimento do **PIB** pelos analistas. Já para a Indonésia, a imunização lenta levou a revisões para baixo.

Sachsida alertou ainda para os problemas de longo prazo: o agravamento do déficit educacional e problemas na saúde, pelo fato de muitas pessoas estarem deixando para depois avaliações e exames preventivos.

Além do crescimento real do **PIB** mais elevado, uma estimativa que Sachsida considera conservadora, a SPE também revisou uma série de outros parâmetros econômicos.

Destaque para a **inflação** esperada mais alta em todos os índices. Para o IPCA, índice oficial de preços que baliza o regime de metas, a estimativa subiu de 4,4% para 5,05% em 2021, mesmo índice projetado para o INPC (que é a referência para o salário mínimo e que antes estava previsto em 4,27%).

A alta mais intensa, porém, foi no IGP-DI, de 5,06% para 15,21% entre a projeção de março e a atual. O subsecretário de política macroeconômica, Fausto Vieira, explicou que esse indicador não mostrou o recuo que se esperava e ainda sofre pressão da alta dos preços de commodities.

Com IPCA e IGP-DI mais altos, bem como uma variação real mais forte do **PIB**, a expectativa para o **PIB** nominal subiu de R\$ 8,21 trilhões para R\$ 8,42 trilhões, número que deve favorecer a melhoria no endividamento público, medido em proporção do **PIB**.

No campo fiscal, a secretaria também apresentou uma estimativa para o resultado primário "estrutural", em que desconta os componentes de ciclo econômico, além de fatores não recorrentes nas receitas e despesas. A pasta estimou em 1,31% do **PIB** o déficit primário estrutural das contas do governo central em

2020. Em 2019, o resultado estrutural foi negativo em 1,19% do **PIB**. Para Estados e municípios, o resultado fiscal estrutural em 2020 foi deficitário em 0,06% do **PIB**. O resultado primário efetivo no ano passado foi deficitário em 9,4% do **PIB**, ante 0,8% do **PIB** em 2019.

Com os números novos de resultado estrutural, a SPE calculou também o chamado "impulso fiscal", que é uma métrica para tentar estimar o impacto fiscal em termos de estímulo à economia. Em 2020, esse impulso foi positivo em 0,17% do **PIB**, invertendo o sinal negativo iniciado ainda em 2017. O valor considera a variação entre os resultados estruturais das diferentes esferas de governo, ou seja, não contabilizou o impacto direto das medidas ligadas à covid-19.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186870?page=1§ion=1

Sem commodities, IPCA ficaria na meta, diz Itaú

Arícia Martins

A pressão de commodities deve ser a maior vilã da **inflação** em 2021 e, não fosse o choque vindo do aumento das cotações de matérias-primas, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) poderia terminar o ano sem ultrapassar o teto da meta, de 5,25%. A avaliação é do Itaú Unibanco, que projeta alta de 5,3% para o indicador oficial de **inflação** no ano corrente.

Do desvio de 1,6 ponto percentual em relação ao alvo central definido para o ano, de 3,75%, 1,9 ponto será explicado pela valorização das commodities, estima a economista Julia Passabom. A magnitude prevista para o estouro da meta é 0,3 ponto inferior porque outros componentes serão desinflacionários e acabam mitigando parte pequena desse impacto, nota Julia.

A análise é semelhante a um exercício feito pelo Banco Central. No Relatório de **Inflação** do primeiro trimestre de cada ano, a autoridade monetária usa uma decomposição alternativa para explicar quais motivos levaram o IPCA a ficar abaixo ou acima da meta estipulada para o ano anterior. Para 2020, por exemplo, quando o índice subiu 4,52% - 0,5 ponto acima da meta de 4% o BC calcula que o maior responsável pelo desvio foi o choque de alimentos, com contribuição de 1,65 ponto.

No modelo do Itaú, as influências sobre o IPCA de cada ano são separadas em inércia e expectativas inflacionárias, hiato do produto (uma medida do nível de ociosidade na economia), câmbio e commodities. Depois de excluídos todos estes fatores, a parcela de desvio do indicador ante a meta que não consegue ser explicada por nenhum deles é considerada um "resíduo".

Em 2020 e 2021, os maiores "vilões" inflacionários têm características em comum, observa Julia. Enquanto, no ano passado, a "**inflação** importada", que soma o efeito de commodities e repasse cambial, respondeu por 3,1 pontos do IPCA, neste ano, a contribuição somada dos dois é estimada em 2,7 pontos.

Em 2020, porém, a depreciação do real teve impacto inflacionário preponderante (2,5 pontos). Já neste ano, o aumento da cotação das matérias-primas ganhou protagonismo, enquanto o efeito do câmbio deve cair a

0,8 ponto, calcula a economista.

"Há um pouco de impacto inflacionário da depreciação do câmbio, mas a maior parte vem de commodities, principalmente do petróleo, que subiu bastante no começo do ano, e das commodities agrícolas", aponta Julia.

Segundo o economista, o Itaú não vê o movimento atual como um novo "superciclo" de matérias-primas, uma vez que, com crescimento mais fraco da China daqui em diante, abaixo de dois dígitos, não haverá uma demanda sustentada do gigante asiático por esses itens como a observada no período de 2002 a 2011.

Na conjuntura atual, segundo Julia, as cotações de commodities agrícolas foram afetadas por problemas climáticos, que diminuíram as safras num momento de estoques mundiais de grãos em nível baixo. No caso do petróleo, também há gargalos de oferta que explicam os aumentos de preços, sobretudo no começo do ano, acrescenta ela.

"E isso ocorre num momento em que há reabertura maior da economia no mundo, com controle maior da pandemia. Por isso os mercados estão mostrando comportamento um pouco parecido", comentou. De qualquer forma, destaca a economista, a dinâmica atual favorece preços mais elevados de bens básicos no curto prazo, o que acaba chegando na **inflação** ao consumidor.

No primeiro trimestre, observa ela, os combustíveis para veículos puxaram a aceleração da **inflação**, ao aumentarem quase 22% dentro do IPCA, refletindo os reajustes efetuados pela Petrobras nas refinarias.

Daqui para frente, tendo em vista a relativa estabilização das cotações do petróleo e o nível menos depreciado da taxa de câmbio, os preços de combustíveis devem "andar de lado", mas não vão devolver toda a alta já observada ao longo do ano, afirma Julia. Por isso, serão importantes vetores de aceleração para a **inflação** anual. No cenário do Itaú, os preços administrados vão subir quase 8% em 2021, vindo de 2,6% em 2020.

"Por trás dessa alta, a gasolina deve subir cerca de 15%, e a parte de energia elétrica também vai

pressionar mais a **inflação** do que o previsto anteriormente, porque agora prevemos que a bandeira tarifária vai terminar o ano em vermelha patamar 1", explica a economista.

Outro impacto relevante das commodities sobre os preços ao consumidor ocorre via alimentos. Devido à surpresa para cima com a trajetória das matérias-primas, o Itaú elevou recentemente a projeção para a alta de alimentação no domicílio neste ano, de 6% a 9%. Segundo Julia, o IPCA vai subir de 0,31% em abril para 0,70% em maio, pressionado pelo aumento das contas de luz e também por alimentos mais caros, reflexo da alta de grãos como soja e milho.

"Teremos mais um ano de **inflação** de alimentos forte", aponta a economista, para quem as altas maiores devem se concentrar nas proteínas. Ela ressalta, por outro lado, que o mercado de trabalho fraco e a redução das transferências de renda governamentais deixam o ambiente menos favorável a repasses. Em seus cálculos, o hiato do produto terá contribuição de baixa no IPCA em 2021, de -1,4 ponto.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186870?page=1§ion=1

O desempenho sombrio da economia nos últimos 40 anos (2)

Simão Silber

O ano de 1980 representou um divisor de águas importante no desempenho da economia brasileira do pós-Guerra. A renda per capita do brasileiro, que vinha crescendo em média 4,4% ao ano, passou a crescer a 0,8% ao ano, a partir daquele ano, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Entre 1945 e 1980, a renda per capita dobrava a cada 15,9 anos; entre 1980 e 2021, a projeção indica que dobrará a cada 87,5 anos. Ou seja, um brasileiro que nascer hoje, tem a expectativa que seu neto terá o dobro de seu poder aquisitivo.

No primeiro período, saímos de um país pobre e chegamos em 1980 a um país de renda média. A partir de então, o crescimento passou a ser muito modesto. Isto impôs um futuro sombrio para os jovens ao impedir que tenham um padrão de vida material superior ao usufruído por seus pais. Um país que não cresce adequadamente não consegue criar empregos mais sofisticados para os que chegam ao mercado de trabalho. Criou-se no Brasil a figura do "filho-canguru" (não tem condições de ter uma vida independente ou casar), ou o jovem "nem-nem", que nem estuda, nem trabalha pela falta de oportunidades.

Existe uma palavra mágica que resolve estes problemas e que foi resumida de forma magistral por Paul Krugman: "No longo prazo, a produtividade não é tudo, mas é quase tudo". Neste quesito, o desempenho do país é decepcionante. Dados do Banco Mundial para o período 1990 a 2018 indicam que os ganhos de produtividade por trabalhador no Brasil foram de 0,7% ao ano, enquanto que nos países desenvolvidos foram de 1,4% ao ano e de 3,8% ao ano para os países de renda média alta. Estamos ficando para trás até dos países que já são ricos.

Sabe-se que o crescimento da produtividade por trabalhador é idêntico ao crescimento da renda per capita. Portanto, a pergunta relevante é: do que depende a produtividade? A resposta é investimento em infraestrutura, em capital humano e saúde, progresso tecnológico (PT), estabilidade política e segurança jurídica para os contratos. O país se sai mal em todos estes quesitos: o governo reduziu investimentos em infraestrutura, sem um programa alternativo de concessões e parcerias com o setor privado; a universalização do ensino básico é de baixa

qualidade, metade da população não tem acesso à saneamento e o investimento em PT foi escasso ou mal dirigido. Mas aonde foi bem feito, o resultado foi espantoso: Embrapa e Embraer revolucionaram a competitividade do agronegócio brasileiro, que é totalmente globalizado e produzimos um avião de porte médio que domina metade do mercado mundial. Onde foi mal feito, o resultado foi fatal: a lei de informática é o exemplo mais macabro do cacoete protecionista atávico do governo e perseguido pelos "rent-seekers", como o da indústria automobilística.

Além disto, erros de política macroeconômica foram responsáveis pela estagnação brasileira, desde o governo militar com o II PND. Apostando - mais uma vez - na substituição de importação e endividamento externo, levou o país à moratória da dívida externa, a hiperinflação e maior isolamento do mercado mundial. Desde o Plano Real, juros altos e câmbio baixo contribuíram para uma desindustrialização precoce do país. A "nova política macroeconômica" do período 2011-2016 foi mais um erro fatal. Para finalizar, o governo atual desdenhou a pandemia, a ciência e a vacinação e o país está indo para um segundo ano de recessão.

Segundo o Banco Mundial, com dados para 2019, o Brasil tinha a 4ª economia mais fechada do mundo em uma comparação envolvendo 185 países. A economia só é mais aberta que as economias de Bermuda, Etiópia e EUA, com a soma de exportações mais importações representando 22,3% do PIB. Como é possível um país que tinha 1,7% do PIB mundial em 2020, querer obter ganhos de escala na produção, ficando fora de 98,3% do mercado mundial? Caímos fora da globalização. Precisamos voltar para o mundo. A abertura comercial é a mãe de todas as reformas para a volta do crescimento e crescimento da produtividade.

O governo atual ainda avançou mais no isolamento do país. Saímos do Acordo de Paris e nos aliamos ao governo Trump (até 2020). Somos párias atualmente no mundo e responsáveis por uma grande ameaça ao planeta: somos os maiores disseminadores de novas cepas do SARS-Cov-19 do mundo. Com isso, não conseguimos avançar no acordo Mercosul-União Europeia e hostilizar o nosso principal parceiro comercial, a China, que absorveu no ano passado 1/3 das exportações enquanto que os EUA representaram

5,9% de nossas exportações. Além disso, os EUA restringiram as compras do Brasil e obrigaram o país a comprar etanol americano a preços subsidiados. Confundiu-se os interesses do país com interesses pessoais e - obviamente - deu errado.

Em uma sociedade patrimonialista, com "rent-seeking" para grupos privilegiados, tributação regressiva e parcela da população "invisível", não é surpresa termos a 5º pior distribuição de renda do mundo, segundo dados do Banco Mundial para 2017.

Mas o Brasil tem solução: é necessário retomar os investimentos, que estão atualmente deprimidos pela recessão e por projetos inviáveis como foram os da indústria naval e petroquímica, absorvendo enorme quantidade de recursos sem nenhuma produção. Para isso é necessário um programa ambicioso de concessões e parcerias com o setor privado nas áreas de infraestrutura de portos, aeroportos, ferrovias e hidrovias. O país tem dimensões continentais e o transporte básico é a ferrovia e a hidrovia. Transporte rodoviário é mais uma das heranças nefastas do "rent-seeking" da indústria automotiva. Espantosamente, são todas multinacionais, que concorrem em outros países sem uma proteção efetiva superior a 200% ao valor adicionado, como ocorre aqui.

Os gastos do governo cresceram o dobro do crescimento do **PIB**, levando ao aumento da carga tributária e da dívida do governo. Sem uma reforma administrativa e tributária que desonere as exportações e o investimento produtivo o país não terá taxas de juros civilizadas nem um crescimento compatível de dobrar a renda per capita a cada 25 anos. Finalmente, temos que avançar mais na reforma da previdência. Com FHC, Lula, Dilma e **Temer** tivemos reformas parciais da previdência. Mas não foram suficientes para aplacar os déficits do sistema.

Nesta nova etapa, o fundamental é uma negociação entre os três poderes e os três níveis da federação para que o país possa avançar em suas reformas e caminhar para um crescimento de 4 a 4,5%, que é mais que o suficiente para acelerar o crescimento, já que estamos em uma fase avançada da transição demográfica, com um crescimento da população de 0,7% ao ano.

Simão Davi Silber é professor sênior do Departamento de Economia da USP e pesquisador da Fipe.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186870?page=1§ion=1

As nuvens e o cenário eleitoral - ARMANDO CASTELAR PINHEIRO

ARMANDO CASTELAR PINHEIRO

A pesquisa do Datafolha divulgada há uma semana sugere um quadro eleitoral bem definido, com forte polarização entre o presidente Bolsonaro e o ex-presidente Lula, com grande vantagem para este último. Juntos, os dois respondem por 74% das intenções de voto dos que declararam sua preferência, com os restantes 26% pulverizados entre outros seis candidatos. A vantagem de Lula é clara: tem quase o dobro das intenções de voto de Bolsonaro, sua taxa de rejeição é bem menor (36% x 54%) e, segundo a pesquisa, venceria com facilidade no segundo turno, com 72% a mais de votos que o atual presidente.

A polarização interessa tanto a Bolsonaro como a Lula e há uma chance grande de que ela sobreviva até as eleições. Por outro lado, a ida às urnas é só daqui a 17 meses e, na memorável metáfora de Magalhães Pinto, ex-governador de Minas Gerais, "política é como nuvem, você olha e ela está de um jeito, olha de novo e ela já mudou".

O que pode mudar esse quadro? Penso que pelo menos três fatores podem influir nessas preferências de voto: o avanço da vacinação, a recuperação da economia doméstica e o cenário externo.

Não têm faltado erros, tropeços e incertezas em nosso processo de vacinação. Porém, também há acertos e, graças a estes, e à nossa rede de saúde pública, experiente em campanhas de vacinação, esta tem avançado. Já foram aplicadas 55 milhões de doses e a expectativa é que, ainda este semestre, os mais vulneráveis estejam em grande parte protegidos.

Este mês, o Banco UBS publicou estudo prevendo que o Brasil atinja um patamar de relativa imunidade coletiva até o fim de setembro. Essa previsão se baseia em duas constatações: 1- que a vacina está reduzindo os casos graves naqueles que a receberam e 2 - que 98,5% das mortes, 96,2% das internações em CTI e 94,7% das hospitalizações até mês passado foram do grupo com 30 anos ou mais. Assim, conclui o estudo, se vacinarmos esse grupo, que compreende 56,1% da população, a pandemia ficaria menor. E essa meta, mesmo com hipóteses conservadoras sobre a disponibilidade de vacinas, seria atingível até setembro.

Outras instituições preveem que a imunidade coletiva só venha no final do ano, ainda que apontando que, dado que a vacinação foca nos grupos de risco, a saúde pública vai começar a melhorar antes disso. Em um ou outro caso, porém, a expectativa é que a pandemia perca força a partir do início de 2022. Isso reduzida a importância desse tema nas eleições de outubro, diferentemente do que ocorreu nas últimas eleições americanas.

A economia surpreendeu positivamente no início de 2021. Apesar dos efeitos contracionistas do fim do Auxílio Emergencial e das restrições decorrentes da segunda onda da pandemia, o **PIB** deve ter crescido em torno de 0,5% no primeiro trimestre, na série com ajuste sazonal. Ainda se espera uma queda do **PIB** no trimestre, mas para a segunda metade do ano a projeção é de recuperação da atividade.

Obviamente, se confirmado, o controle da pandemia no último trimestre do ano vai impulsionar a economia. Mesmo que isso se dê inicialmente de forma moderada, pelo receio das pessoas de se exporem, o impulso vai ganhar força ao longo de 2022.

É difícil prever quão forte ele será. A previsão do Focus é de alta do **PIB** de 2,4% em 2022, mas penso que pode ser mais, devido ao efeito positivo dos preços elevados das commodities e de as famílias gastarem a grande poupança acumulada durante a pandemia. A retomada da atividade será mais intensa nos serviços, beneficiando a geração de empregos, inclusive informais, favorecendo trabalhadores com maior propensão a consumir.

Também se espera um impulso fiscal positivo, ou pelo menos não tão negativo quanto este ano. Isso não só pela típica sazonalidade de anos eleitorais, mas também porque a regra do Teto de Gastos permitirá um aumento real dos gastos. Isso pois a **inflação** acumulada em 12 meses até junho, que é usada para ajustar o Teto, deve ficar em 8%, caindo para 5% no ano fechado, que interessa mais para reajuste de gastos obrigatórios.

A recuperação da economia poderá ser ajudada, ou não, pelo cenário externo. Hoje o foco está na alta da **inflação** e no receio de a reversão dos estímulos monetários nos EUA se iniciar já no fim deste ano. No passado, quando os EUA reduziram esses estímulos,

os emergentes sofreram. Por outro lado, também lá fora o avanço da vacinação estimulará a atividade econômica e o apetite pelo risco. Se, de fato, nosso crescimento acelerar, a entrada de capital externo tende a aumentar, também ajudada pela Selic mais alta, e o real pode apreciar mais frente ao dólar, que segue sobrevalorizado para padrões históricos. Isso criaria um clima econômico mais favorável, inclusive ao investimento.

Claro, esse é apenas um cenário. Uma terceira onda é possível, a atividade pode outra vez surpreender, desta vez para baixo, e a normalização monetária americana pode nos atrapalhar muito. Se tivesse de apostar, porém, diria que o céu sob o qual se realizará a eleição de 2022 será menos tempestuoso que hoje, com "nuvens" mais voltadas para o futuro e menos para o passado.

Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186870?page=1§ion=1

Gestor espera alta do real e Ibovespa em 130 mil pontos

Adriana Cotias De São Paulo

Os gestores de recursos da América Latina estão construtivos com a bolsa brasileira, principalmente por causa de ações cíclicas, e com o real. Segundo a última sondagem da área de pesquisa global do Bank of America com investidores da região, a expectativa de 45% deles é de que o Ibovespa esteja acima de 130 mil pontos até o fim do ano, ante parcela de 28% na coleta anterior. Para o câmbio, a maioria espera que a moeda brasileira seja cotada abaixo de R\$ 5,30.

Na renda variável, os setores que tendem a puxar a recuperação são os de matérias-primas, consumo discricionário, possivelmente vinculado à reabertura da economia, e financeiro.

Os participantes também estão mais otimistas em relação à moeda brasileira após a recente valorização. Nos próximos seis meses, a expectativa de 45% dos entrevistados é de que o real supere outras divisas como o dólar, o euro, o peso mexicano ou o yuan. No fim do ano, a expectativa é que o dólar esteja abaixo de R\$ 5,30, conforme a visão de 60%. No mês passado, só 31% dos investidores citavam essa chance.

Os prognósticos para a inflação, entretanto, pioraram: 45% dos entrevistados citaram que o risco de o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) cometer um erro na condução da política monetária poderia ter consequências para a América Latina. Quase 60% esperam que a inflação suba rapidamente na região, ante cerca de 30% na sondagem anterior.

Novos aumentos de juros são esperados no Brasil, com 85% prevendo que a Selic encerre o ano em 5% ou acima disso. A maioria acredita que somente se taxa básica da economia chegar à marca dos 7% ao ano é que a alta poderia frear os ingressos em ações.

Uma parcela de 63% estima uma total recuperação da atividade econômica a partir de 2022. No mês passado, os entrevistados achavam que o segundo semestre de 2021 traria boas notícias.

A reabertura continua sendo a principal condicionante positiva para o Brasil, mas os gestores também citam o ciclo de commodities e as reformas. Metade não vê,

porém, histórias promissoras associadas à normalização da atividade. Entre os principais riscos citados para o Brasil, permanecem o descontrole fiscal e o ruído político.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186870

IBGE precisa de dinheiro este ano para realizar Censo de 2022

DA REDAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou ontem que precisa de recursos ainda em 2021 para viabilizar o Censo Demográfico de 2022.

O **comunicado** foi feito depois que o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, na última sexta-feira em colegiado, que o governo precisa tomar providências para realizar o levantamento em 2022. O plenário virtual analisou a decisão do ministro Marco Aurélio, relator do caso, que em 28 de abril determinou que a União tomasse as providências necessárias para realizar ainda em 2021.

O Censo é realizado a cada 10 anos e considerado a maior pesquisa para criar uma base de dados sobre as condições socioeconômica das famílias do país. O instituto visita todos os 5.570 municípios brasileiros.

Em nota, o IBGE disse que prepara um plano para o cumprimento da decisão judicial. "O projeto descreverá as demandas de recursos a serem repassados ao instituto ainda este ano, para que o Censo ocorra no ano que vem -por enquanto, sem data definida", afirmou. De acordo com o texto, a prioridade é fechar a proposta para que seja urgente a recomposição do orçamento para conclusão de etapas preparatórias "essenciais ao longo de 2021".

As áreas técnicas ainda vão definir as melhores condições e o período adequado para realização da pesquisa.

A decisão de não realizar o Censo foi tomada depois de cortes dos recursos previstos no orçamento da União, quando o Congresso reduziu o valor previsto para a pesquisa de R\$ 2 bilhões para R\$ 71 milhões.

Ernesto Araújo nega que sua atuação prejudicou compra de vacinas

Questionado por senado res durante audiência na CPI da Pandemia, nesta terça-feira (18), o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo negou que a condução da diplomacia brasileira durante sua gestão tenha prejudicado o processo de aquisição de vacinas e insumos para o Brasil - principalmente os provenientes da China. Entre os parlamentares que criticaram a atuação de Ernesto Araújo está o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), e a presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE), Kátia Abreu (PP-TO).

Omar Aziz citou artigo de Ernesto Araújo publicado em abril de 2020, que, segundo o parlamentar fazia referência ofensiva à China ao mencionar o coronavírus como um "vírus ideológico".

- O senhor não acha que chamar [o vírus] de "coronavírus" não é uma coisa que indispõe a relação amigável que nós sempre tivemos, comercial, com a China? Se o senhor não acha isso, eu não sei o que mais achar. Inclusive, é até de se estranhar um chanceler, um ministro das Relações Exteriores, escrever um artigo contra um país com o qual nós temos uma relação comercial superavitária, que ajuda muito no superavit primário do Brasil, coisa que nós não temos com os Estados Unidos -afirmou o presidente da CPI.

Ernesto Araújo deixou o Ministério das Relações Exteriores em 29 de março, após receber fortes críticas, inclusive de senadores, sobre sua atuação à frente da pasta.

Ao ser questionado pelo relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), se sua atuação prejudicou a relação com a China, Ernesto disse não concordar com essa avaliação, e argumentou que o crescimento do comércio brasileiro com esse país fornece indícios de que havia uma "boa diplomacia".

- E acho que isso se reflete em dois dados muito concretos: o nosso comércio com a China aumentou significativamente ao longo deste governo. Entre 2019 e 2020, os números de 2020, mesmo com a pandemia, mostraram um aumento de 9% das nossas exportações destinadas à China, que, se não me engano, já atinge o posto de 33% do mercado total das nossas exportações. E, pelos dados que eu consultei dos quatro primeiros meses de 2021, dos

quais três transcorreram na minha gestão no Itamaraty, houve um aumento ainda mais significativo das vendas brasileiras para a China - afirmou o ex-ministro.

Ernesto Araújo disse que não fez "nenhuma declaração" que fosse entendida como "antichi-nesa". Ele observou que, em determinados momentos, queixou-se por meio de comunicados oficiais de comportamentos da Embaixada da China ou do embaixador da China no Brasil, Yang Wanming. Mas, na sua visão, isso não teria prejudicado relação diplomática entre os dois países.

- E o outro indício [de que havia uma boa relação diplomática] é o fato de que, e isso é reconhecido por autoridades chinesas, o Brasil é o país que mais recebeu insumos e vacinas de insumos produzidas pela China. Num momento de escassez mundial, não fomos aparentemente, de nenhuma forma, discriminados. É um problema que se caracteriza, e temos avaliado isso desde dezembro, janeiro, como uma falta de oferta, como um excesso de demanda mundial - acrescentou.

"Memória seletiva"- Já a senadora Kátia Abreu (PP-TO) declarou que o ex-chanceler possui uma "memória seletiva", porque, segundo ela, o ex-ministro deixou de fazer referência, durante o depoimento, às citações que ele mesmo fazia, em blogs e redes sociais, contra a China e o governo chinês. Para ela, o crescimento dos negócios brasileiros com a China e as mais de 85% das doses de imunizantes aplicadas no Brasil, resultantes do trabalho conjunto entre o laboratório chinês Sino-vac e o Instituto Butantan, se deram a "despeito" da diplomacia conduzida por Ernesto Araújo. Para a senadora, hoje o Brasil depende daqueles que foram diretamente atacados pelo ex-ministro.

Kátia Abreu apresentou um requerimento no qual solicita todos os ofícios do Ministério das Relações Exteriores (MRE) às embaixadas brasileiras que tratem de vacinas, cloroquina e todas as medicações relacionadas à covid-19.

- Nós vamos poder identificar qual foi o ministro que mais influenciou mal o presidente, qual foi o ministro que melhor orientou o presidente. E nós queremos toda a comunicação do MRE para as embaixadas no

mundo, especialmente dos embaixadores de países onde há laboratórios de vacinas. Nós queremos todos os ofícios, todas as mensagens relacionados à pandemia, à vacina, à cloroquina, à hidroxiclороquina, ao que tiver - informou a senadora.

Ao responder aos senadores, Ernesto Araújo também disse que o presidente Jair Bolsonaro nunca deu ordem ou orientação para rejeitar parcerias internacionais destinadas ao fornecimento de insumos e vacinas, especialmente da China.

CovaxFacility Renan Calheiros, relator da CPI, questionou o ex-ministro sobre o porquê de o Brasil ter aderido ao consórcio Covax Facility assinando contrato com a opção de 10%, em vez de 50% a que o Brasil teria direito em vacinas. Segundo Ernesto Araújo, a decisão foi tomada pelo Ministério da Saúde no âmbito da estratégia do Plano Nacional de Imunização (PNI).

Randolfe Rodrigues, vice-presidente da CPI, perguntou se o fato de o Brasil ter assinado o contrato para aquisição dessas vacinas somente em setembro de 2020, quando mais de 170 países já tinham aderido ao consórcio, teria gerado atrasos no envio desses imunizantes ao Brasil. Ernesto Araújo respondeu que a data da assinatura não alteraria o cronograma de envio dessas vacinas e o cronograma do plano de vacinação do país.

Pfizer - O ex-ministro confirmou que o MRE recebeu telegrama que informava sobre a proposta da Pfizer de setembro do ano passado com a oferta de 100 milhões de doses de vacinas ao Brasil. Ele afirmou que o Itamaraty deixou sob a responsabilidade do Ministério da Saúde a decisão sobre a proposta e, por isso, não interveio.

Questionado por Randolfe Rodrigues sobre a razão de não ter **comunicado** imediatamente ao presidente da República, Ernesto Araújo disse que "presumia" que Jair Bolsonaro já sabia disso. Segundo o ex-ministro, o telegrama informava que a carta da Pfizer tinha sido encaminhada à Presidência da República e aos ministérios da Saúde e da Economia.